

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Capitão Alden comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 4/4/2019.

Do Deputado Júnior Muniz comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 8/4/2019.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 8/4/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

(Lê) *“Ex.^{mo} Sr. Presidente Da Assembleia Legislativa do estado da Bahia*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O Projeto de Lei nº 23.065/2019, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica;

O Projeto de Lei nº 23.155/2019, de autoria do Poder Executivo, que ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará;

O Projeto de Lei nº 18.244/2009, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que dispõe sobre a implantação de mecanismos de proteção nas agências bancárias do estado da Bahia.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2019.”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o meu prezado colega pepista Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, farei um discurso hoje que gostaria de ter feito ontem, na posse do novo presidente da Cerb, órgão que é, para nós do semiárido, para nós sertanejos, catingueiros, nordestinos, tão importante ou mais do que qualquer secretaria. Quando as coisas estão difíceis e o sofrimento está grande, é a Cerb que está conosco amenizando o sofrimento e solucionando os problemas.

Mas, como não pude falar ontem, falo agora para agradecer e enaltecer o trabalho do Dr. Marcus Bulhões, que fez um trabalho fecundo, profícuo, sério, dinâmico. Ele sempre nos recebeu, a todos nós que o procuramos, com a sua característica gentileza – que é muito peculiar – e competência, e sempre, dentro do possível, atendeu os nossos pleitos. Quero fazer todos os elogios, que são merecidos, ao trabalho do Dr. Marcus Bulhões.

Parece-me que ainda não tinha visto a substituição de uma autoridade por outra em nível tão igual, porque, se o Dr. Marcus é competente, é trabalhador, é sério, é dedicado, o seu substituto, o Dr. Matos, funcionário de carreira da instituição, é também um excelente profissional, um excelente cidadão, correto, altamente qualificado.

Dizia-me o prefeito de Paramirim que o Dr. Marcus, dirigindo a Cerb, foi como uma mãe cuidado do filho, porque ele conhece a instituição profundamente e a ama.

O Dr. Marcus, ao findar o seu mandato, teve um crepúsculo dourado de trabalho, competência e dedicação em favor da Bahia, dos baianos, sobretudo dos sertanejos.

E agora, considerando sua qualificação, sua competência, seu amor à instituição, eu diria que o início do mandato do Dr. Matos é o alvorecer de um tempo novo, é o alvorecer de um mandato que, temos certeza, será de competência e eficiência. Não temos dúvida disso, porque, como acabei de dizer, ele conhece e ama a instituição e é trabalhador, honesto, competente e sério...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Reafirmo que é o alvorecer de um mandato fecundo que se inicia hoje na Cerb.

Para finalizar, mais uma vez parabenizo o Dr. Marcus, pelo trabalho que fez, e saúdo o Dr. Matos, pelo trabalho que haverá de fazer e por sua competência. Parabenizo os dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Digníssimo Sr. Presidente, é uma satisfação tê-lo mais uma vez presidindo a sessão enquanto subo a esta tribuna.

O que nos traz hoje aqui é para parabenizar a Comissão de Infraestrutura, que, convidando o secretário Marcos Cavalcanti, teve a presença inequívoca de 30 deputados, mostrando a importância e o prestígio da pasta e a competência e o trabalho do secretário, que apresentou o planejamento estratégico para o setor energético, nas áreas de iluminação, transporte e telefonia.

Aproveitando essa oportunidade, todos os deputados fizeram seus pleitos e, também, seus agradecimentos. Como foi o meu caso, que agradei a pavimentação em Cachoeira, da estrada 511, de Capueiruçu, e da 502. Mas também fizemos pleitos, e é isso que me traz aqui.

Para a região de Irecê, onde militamos – agora temos o deputado Jacó também representando aquela região –, nós pleiteamos, presidente, o aeroporto de Irecê, que é uma reivindicação antiga. Na verdade, é um pleito ao governo federal; até estive no plano de governo da presidente Dilma, mas o governo Temer retirou o de Irecê da relação dos aeroportos estratégicos a serem construídos.

Nós agradecemos o aeródromo de Irecê, que foi restaurado, mas o aeroporto é um pleito daquela região, que é pujante na área da agricultura e tem um grande número de municípios nos seus 21 municípios. E queremos acrescentar o projeto executivo de engenharia desse aeroporto, já que no plano estadual de governo tem a restauração de aeródromo, o aeroporto de Conquista, o aeroporto de Guanambi, mas tem também projetos executivos de engenharia dos aeroportos de Senhor do Bonfim, deputado Bobô, e de Bom Jesus da Lapa. E não vimos ali o projeto executivo de engenharia do aeroporto de Irecê.

Agora, no PPA, é extremamente importante conseguirmos – nós que defendemos aquela região, que é estratégica – que o governo invista nesse projeto executivo de engenharia. Esse projeto é a base, deputado José de Arimateia, V. Ex.^a que vai instalar a Frente do Idoso daqui a pouco, do pleito de nossos deputados federais e senadores, para que o governo... Segundo informação do secretário, o último aeroporto regional do país foi há 12 anos, o de Natal. Mas a região de Irecê, que fica Centro-Norte, não pode ser privada desse importante modo de transporte.

Nós aproveitamos também para requisitar ao secretário maior celeridade na finalização da iluminação da região de Irecê, que já está com 70% de suas obras concluídas. Precisamos que essa obra seja entregue na entrada da cidade. Também fizemos a solicitação de uma audiência pública... até conversei com o presidente Pedro Tavares, para tratarmos, na nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, do transporte complementar, as vans. A gente sabe que há uma lei, que veio desta Casa, que trata da legalização desses transportes alternativos. Mas ela precisa ser atualizada, já que cidades privadas do modal rodoviário não podem também ser privadas de uma alternativa que lhes dê acessibilidade e mobilidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Precisamos discutir esse tema com a Agerba e com os que pleiteiam a legalização desse transporte. E como esta Casa também tem a finalidade de zelar pela mobilidade nos vários municípios privados do transporte rodoviário e também do transporte alternativo, propusemos uma audiência pública, junto com a Agerba, para tratar do transporte complementar no estado da Bahia.

Por exemplo, deputado Robinson, V. Ex.^a que também fez esse pleito, a Cooperativa de Transporte Alternativo de Irecê está há 1 ano buscando um Termo de Ajustamento de Conduta, já que o que está ocorrendo prejudica não somente Irecê, mas todos os municípios da região.

O transporte complementar é uma realidade que precisa ser legalizada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à luz da legislação, mas a Agerba precisa entrar nesse problema e discutir.

Para finalizar, parabeno o secretário, que respondeu todas as perguntas sem precisar dos “universitários”. E destaco que essa reunião teve o maior quórum que uma audiência pública com secretário já teve, com mais de 30 deputados presentes.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, deputada Fabíola, minha querida amiga.

Com a palavra o nobre amigo deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, que, como sempre, nos ajuda a mostrar para a sociedade o

nosso trabalho nesta Casa, venho à tribuna, Sr. Presidente, primeiro, para parabenizar o prefeito ACM Neto.

Até saiu ontem esta notinha, que eu gostaria de registrar aqui: (Lê) *“Salvador agora dispõe de uma Diretoria de Bem-Estar, Proteção e Defesa dos Animais. O órgão estará provisoriamente vinculado à Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre). É a primeira vez que a prefeitura dispõe de uma estrutura voltada para os animais com status de diretoria. Este mês, entidades protetoras de animais promovem o Abril Laranja, para lembrar, com o uso da fita laranja, a importância de cuidar bem dos animais... O município poderá ganhar também o primeiro hospital animal.”*

Ao registrar e parabenizar essa iniciativa do prefeito ACM Neto, lembro que já apresentei nesta Casa uma indicação ao governo do estado para a construção de um hospital público veterinário. E aí está essa ação da Prefeitura de Salvador.

O mais importante é destacar a implantação dessa diretoria específica, porque tanto o governo municipal quanto o estadual recebem recursos do Ministério da Saúde para as políticas públicas de proteção aos animais, mas, até essa diretoria ser instalada, nunca tínhamos visto isso funcionando. Agora, sim.

Começando pela capital, espero que essa iniciativa do prefeito ACM Neto seja um exemplo que as demais cidades da Bahia possam copiar e aplicar.

E agora, Sr. Presidente, trarei duas preocupações. A primeira diz respeito ao fato de ter tido um aumento de 322% nos casos da dengue no estado da Bahia. Já está provado que isso acontece por causa da falta de saneamento básico. Os municípios precisam investir, os prefeitos precisam fazer obras que ficam debaixo do chão, mas vão beneficiar a população em vários aspectos, principalmente no que diz respeito ao combate à dengue. Não se pode combater a dengue com esgoto a céu aberto!

Muitos dizem que o mosquito da dengue não prolifera em água de esgoto. Isso não é verdade, não existe. Claro que o mosquito prolifera não só na água do esgoto, mas também na água limpa, que fica acumulada. E aqui está a prova: houve esse aumento de 322%, e a cidade de Feira de Santana é a primeira na Bahia. Olha que situação! Quando você chega a Feira de Santana, os dados dizem que é uma cidade que tem 80% de saneamento básico, mas isso não é verdade. Não é! Feira de Santana não tem 80%, é muito menos do que isso, e a prova está aqui.

Vejam esse outro dado: das dez cidades relacionadas nessa reportagem como as que têm maior incidência da dengue, Feira de Santana é a primeira. Realmente é uma preocupação. Esperamos que o governo do estado chame os prefeitos e a própria UPB (União dos Municípios da Bahia) para se reunirem com o secretário da Saúde, para assim tomarem providências, porque o caso é grave. E este ano veio bem maior.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, para concluir o meu raciocínio.

Outro assunto: 271 cidades do estado da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos. Considerando isso, amanhã, quando teremos uma reunião na Comissão de Meio Ambiente, protocolarei, a pedido do vice-presidente da comissão, deputado

Marcelino Galo, pedido para que a Embasa venha a esta Casa informar por que 27 tipos agrotóxicos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) são encontrados na água consumida pela população. A Embasa precisa responder, a Embasa precisa mostrar, tranquilizar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, Sr. Presidente.

No dia 25 nós estaremos na cidade de Mucugê visitando a Barragem do Apertado, dentro do cronograma da visita das dez barragens.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, perdão, vou agora ao auditório porque vai acontecer lá a instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos, que será presidida por mim, tendo a deputada Maria del Carmen como vice-presidente. Convido os Srs. Deputados, principalmente os que já estão com seus cabelos brancos, a se integrarem a essa frente parlamentar em favor dos idosos da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns pela iniciativa, deputado Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jacó, amigo lá de Irecê.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Presidente Nelson Leal, prazer enorme tê-lo aqui presidindo a nossa sessão, nobres colegas deputados e deputadas, pessoal da *TV ALBA*, pessoal da imprensa, das Galerias, quero dizer da minha alegria e satisfação de estar aqui hoje.

Inicialmente, eu gostaria de saudar o nosso governador “Correria” e o nosso secretário Fábio Villas-Boas por uma ação que acho de extrema importância. O estado está prestes a implantar um hospital especializado em cuidados prolongados, com atendimento por demanda referenciada pela Central Estadual de Regulação. Essa unidade prestará cuidados clínicos de reabilitação, como hidroterapia e apoio psicossocial. Esse hospital será implantado em um prédio localizado no Litoral Norte, num processo de aquisição feito pela Sesab junto à Desenhahia, no valor de 12 milhões e 650 mil reais. Esse é o valor do empenho; o proprietário é a Desenhahia.

Funcionava nesse prédio o Hotel Riverside Convention, composto pelo centro de convenções e restaurante, com uma área construída de 807 metros quadrados, edificado sobre um terreno de 5.200 metros quadrados. O Hotel River tem 57 apartamentos que, com a reforma, comportarão 100 leitos.

Será um hospital para recuperação de doentes: aquele que fez uma cirurgia de ortopedia e precisa de uma recuperação vai para lá; aquele que fez uma cirurgia

cardíaca e precisa de um repouso prolongado vai para lá; aquele que fez uma cirurgia da cabeça e precisa de um repouso prolongado vai para lá.

É uma ação inovadora, é uma ação de quem pensa saúde como um todo, é uma ação de quem pensa em melhorar a vida das pessoas. Então deixo aqui os meus parabéns ao secretário Fábio Villas-Boas. E também o meu agradecimento por ter uma liderança como o senhor à frente de uma secretaria tão importante, que faz tantos investimentos importantes e necessários aqui em nosso estado. Investimentos que, com certeza, vão melhorar e muito a vida do nosso povo.

Queria também parabenizar a turma da Aprir (Associação dos Pecuáristas da Região de Irecê), minha terra. A Aprir está este ano, deputada Fabíola e nobres colegas, organizando a 21ª Expoagri do Território de Irecê, que trará animais de alta genética, terá lançamento de máquinas e veículos, com novas tecnologias. Essa exposição acontecerá entre os dias 25 a 28 desse mês, no Parque de Exposições. Aberto ao público, é um evento importante que mostra a força da economia do Território de Irecê, mostra a força dos seus criadores, mostra a força daquele povo. É um momento em que o conjunto dos agricultores, tanto os pequenos quanto os médios, se reúnem. Vamos fazer debates sobre a questão das dívidas agrícolas, sobre a convivência com o semiárido.

É um evento importante, um evento de integração. Gostaria de parabenizar a Aprir e todas aquelas pessoas envolvidas nessa grandiosa exposição que vai acontecer no Território de Irecê. Também gostaria aqui, de público, de convidar os colegas deputadas e deputados e convocar o povo da Bahia para prestigiar e conhecer a força do Território de Irecê através da Expoagri.

Para finalizar, considerando que tanto o governo do estado quanto o nosso secretário são tão questionados e cobrados, gostaria de lembrar um assunto também relacionado à saúde. Já que outro dia, quando questionei e falei alto, a turma não gostou, deputado Marcelino Galo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) hoje, bem baixinho, vou pedir mais uma vez que a mídia e a oposição nos esclareçam, por favor: cadê os 8 milhões em contratos superfaturados da Secretaria Municipal de Saúde? Ninguém fala mais nisso. Esqueceram? Cadê as panelas? Dois milhões em contratos fictícios, e ninguém diz nada disso aqui, minha gente! Três unidades de saúde de Salvador...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) afetadas: Paripe, Liberdade e Centro. Dez mandados de busca e apreensão pela Polícia Federal, e zero pronunciamento do prefeito e do seu secretário.

Deixo aqui, de forma bem baixinha, bem tranquilinha, esse questionamento, já que a sociedade baiana exige e cobra essa resposta. E gostaria também de cobrar dos meios de comunicação que se posicionem publicamente, porque quem ganha com isso é a sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alex Lima. Falei baixo para ver se V. Ex.^a não ouvia. Está ouvindo muito.

Por 5 minutos, o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa que cobre os trabalhos aqui da Assembleia Legislativa, visitantes das Galerias Deputado Paulo Jackson, funcionários desta Casa, hoje a Assembleia recebeu, a partir de proposta nossa na Comissão de Infraestrutura, acatada por unanimidade, a visita do secretário de Infraestrutura do nosso estado, Dr. Marcos Cavalcanti, que fez um resumo do planejamento estratégico dessa pasta para os próximos anos. Nessa audiência, presidente, eu e os nossos colegas tratamos de diversos temas, mas tem um especial eu queria trazer para o debate aqui no Plenário desta Casa.

Trata-se, presidente, de um absurdo que empresas de reflorestamento estão fazendo, causando transtornos à região do Litoral Norte do estado da Bahia. Sobretudo, presidente, as empresas Copener e Ferbasa, que praticamente monopolizam a exploração da plantação de eucalipto na nossa região.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deputado Marcelino Galo, V. Ex.^a que é um entusiasta da luta contra os agrotóxicos, que têm matado muita gente no nosso estado, essas empresas têm acabado com a fauna na nossa região, têm desmatado a torto e a direito, têm prejudicado as diversas famílias de pequenos agricultores vizinhos dessas áreas, deputado Marcelino. Essas empresas derramam veneno, espalham muitos produtos perigosos, terminam blindando o seu patrimônio absurdo, mas as pragas terminam indo para o vizinho, acabando a plantação de mandioca, de milho, enfim, a agricultura de subsistência.

Não bastasse todo o desmatamento que têm promovido na nossa região, se não bastassem os abusos no município de Esplanada, minha terra, deputado Marcelino, essas empresas têm mais de 30% do território com plantação de eucalipto, sem nenhuma fiscalização ambiental. E daqui eu peço ao secretário de Meio Ambiente, Dr. João Carlos, que se debruce sobre esses problemas.

Além de toda essa questão ambiental, essas empresas têm destruído as estradas da nossa região, pois seus caminhões trafegam com cargas muito acima do peso permitido, danificando as estradas, que são feitas graças ao pagamento de impostos pela população. Mas simplesmente ninguém consegue fiscalizar esses poderosos donos das florestas do Litoral Norte da Bahia.

Por isso, presidente, que eu já solicitei ao nosso gabinete fazer um estudo para propor a esta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigar e chame esses inimigos do Litoral Norte para prestar esclarecimentos, para vermos o tanto de prejuízo que têm gerado na nossa região. Destroem as nossas estradas, acabam a nossa fauna, estragam a nossa flora, são responsáveis pela escassez de água na região, e ninguém diz absolutamente nada contra esses poderosos. Nós vamos investigar e punir se culpados forem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Essa situação não vai ficar como está, presidente Adolfo Menezes.

Com a tolerância de V. Ex.^a, eu queria, verbalmente, fazer esse requerimento para que os deputados votados na região possam nos ajudar nisso, e assim possamos enfrentar esses absurdos cometidos pelos barões das florestas do Litoral Norte da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, deputada Olívia Santana. (Pausa) Não está na Casa.

O deputado Alan Sanches. (Pausa) Também não está na Casa.

Deputado Alex, V. Ex.^a pode assumir a presidência da sessão para que eu use a tribuna?

(O deputado Alex Lima assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O deputado Robinson será o segundo, deputado Adolfo. Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Fiz questão de usar a palavra logo depois do seu discurso, deputado Alex Lima, para discordar, deputado Alex. Eu discordo de V. Ex.^a. Uma das empresas, a Ferbasa, não está destruindo só o Litoral Norte, não. Por coincidência, já destruiu há muito tempo e destrói Campo Formoso, as serras maravilhosas de Campo Formoso.

V. Ex.^a não conhece, você chegando a Campo Formoso vai pensar que está na Suíça. Pensava, porque agora as serras por causa da Ferbasa... Lá se produz cromo, deputado Alex. Uma das maiores jazidas de cromo do Brasil é do grupo Ferbasa. E há muitos anos, a Ferbasa extrai o minério, devastam as serras e em contrapartida, nada.

Para você ter ideia do absurdo, que essa empresa, especificamente, presta a Campo Formoso, há um centro cultural, Srs. Deputados, que foi construído há mais de 20 anos. Foi construído na época do ex-secretário da Educação, ex-deputado federal, o então filho de Campo Formoso, Rômulo Galvão.

Há 20 anos, esse centro cultural se encontrava abandonado. A prefeita esteve – eu estive algumas vezes – em reunião com a diretoria da Ferbasa, pedindo um apoio. Imaginem, um equipamento desse porte cultural, pelas riquezas que eles extraem naquele município e eles foram incapazes, mesmo depois de mais de três, quatro reuniões de dar, absolutamente, nada para a cidade de Campo Formoso através desse centro cultural, que na raça, na força, com toda dificuldade financeira, a prefeita conseguiu reformar. Hoje, deputado Vitor Bonfim, é um dos centros mais importantes da Bahia. Tanto é que o nosso governador, esse incansável trabalhador, se convidou para estar lá sexta-feira, à noite... eu o convido... Eu ainda disse: “Governador, só aceito se for à noite, porque durante o dia o sol está muito quente.” E olhe, deputada Fabíola, que ele aceitou, então, vejo que estou com prestígio.

Eu estou brincando aqui até para relaxar. Mas o governador quando esteve em Campo Formoso, há uns 40 dias, teve a oportunidade de conhecer outros equipamentos, inclusive esse. Ele ficou sensibilizado, ele que dá valor ao trabalho, a

cultura, a educação. E ele viu, através das imagens, de como se encontrava e como se encontra agora o centro. Ele fez questão de prestigiar essa importante inauguração. A gente pede a São Pedro que dê aí pelo menos uma tolerância na sexta-feira, porque já era para ter sido inaugurado. E São Pedro não deixou pela impossibilidade de o governador usar o helicóptero, e da agenda cheia que ele tem.

Então, é o triste retrato. V. Ex.^a falou aqui das estradas. Nós temos em Campo Formoso também a maior fábrica de cimento do estado da Bahia que é a InterCement do grupo Camargo Corrêa, que junto com outra empresa deles transportam com mais de 100 carretas, daquelas carretas de não sei quantos eixos, transportam várias toneladas de calcário, que é um subproduto do cimento.

Eu já falei com o grande secretário que teve a oportunidade de estar aqui, hoje, nesta Casa, numa audiência, uma das maiores que esta Casa já teve, com quase 30 deputados presentes, para se colocar uma balança... porque é o Brasil. Todo mundo fala dos políticos, mas se você perceber em todas as áreas, ninguém escapa. Ninguém escapa! Então é todo mundo querendo tirar uma lasquinha!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, são carretas que é para andar com 50 toneladas e tome-lhe 80, 100 toneladas, destruindo as estradas, não é? Infelizmente, os carreteiros só obedecem na força. O secretário disse que já falou com o governador para ver se abre uma licitação, porque isso não só ocorre nas estradas lá em Campo Formoso, mas em toda a Bahia, não é? Porque as pessoas, os carreteiros não obedecem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a capacidade da estrada. Aí, depois se queixam que o governador não constrói nem recupera a estrada.

Infelizmente, é a triste realidade deste país.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Gostaria de parabenizar o deputado Adolfo Menezes pelo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o nobre deputado Robinson Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham nas Galerias, a imprensa, trabalhadores desta Casa, eu queria aqui, hoje, falar da importante decisão que vai ser tomada hoje à tarde, à noite, em Brasília, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre a reforma da Previdência. Esse tema tem despertado, cada vez mais, a atenção dos brasileiros e dos baianos.

Semana passada, nós fizemos um seminário aqui, nesta Casa, com a presença do ex-ministro Miguel Rossetto, também tive a oportunidade de compartilhar duas audiências públicas no interior do estado, em Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, com muita participação popular, porque cada vez que o povo conhece mais as propostas dessa reforma se coloca contrário a ela.

Reformar, como o nome já diz, está sempre associado a uma coisa positiva: reformar a nossa casa, reformar o nosso carro. Mas a reforma da Previdência pegou uma conotação de algo nefasto e negativo para o povo brasileiro. Na verdade, querem acabar com a Previdência Social; querem acabar com o direito dos trabalhadores urbanos, com o direito dos trabalhadores rurais, com o direito das mulheres, com o direito dos professores a ter uma vida digna quando chega na fase da sua vida que contribuiu muito para o crescimento e o desenvolvimento do nosso país.

Por isso, eu estou fazendo, junto com vários outros deputados da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, um grande movimento no interior do estado, incentivando o povo a ir para a rua, a organizar atos, a preparar um 1º de Maio com muito volume e com muita força, que a bandeira de ordem será: não à reforma da Previdência! Não à retirada dos direitos! Não ao fim da aposentadoria – como quer esse governo. E digo, Sr. Presidente, que essa luta é uma luta de todos os brasileiros que buscam justiça social no nosso país.

Hoje, inclusive, há um julgamento importante, e o Brasil espera o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça. Mais uma vez, o presidente Lula, que foi condenado em primeira instância de forma arbitrária, sem provas da acusação de que ele é dono de um sítio em Atibaia, pediu um recurso à instância superior, e creio que essa instância tem que olhar com o viés técnico e não com um viés político, como fez todas as vezes em que julgou os recursos do presidente Lula.

O próprio STF hoje é vítima de uma campanha de desestabilização por aqueles mesmos que defenderam a justiça sumária na primeira instância, comandada pela Operação Lava Jato e pelo ministro, o cabo eleitoral que, hoje, está sentado no governo Bolsonaro, que é o Sr. Sérgio Moro.

Por isso mesmo, a expectativa é que se faça justiça. E para comprovar que não há propriedade do presidente, o dono do sítio colocou-o à venda no dia de hoje. Se alguém pode ter dúvida de que Lula é o dono do sítio, está à venda e pode comprá-lo.

Então, mais uma farsa jurídica que foi montada no Brasil, lá em Curitiba, e que tem toda a chance de ser revertida nas Cortes superiores. E essa é a nossa expectativa.

Quero também aqui, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, parabenizar o governo do estado, a Prefeitura de Feira de Santana pela realização de mais uma micareta, neste final de semana, com abertura na quinta-feira à noite. O governo do estado, em particular, está reforçando a segurança pública com 10 mil policiais, entre militares civis e bombeiros, levando a tecnologia de ponta, como o reconhecimento pelo sistema facial, que já foi testado e aprovado aqui no Carnaval de Salvador. Vai ser usada também na Micareta de Feira de Santana, como uma inovação, que é a construção de passarelas onde a Polícia Militar e a Polícia Civil farão o deslocamento no meio da folia sem encontrar as barreiras humanas naturais, tendo mais agilidade e melhor visão do que acontece durante a festa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para poder prestar um serviço e qualidade, como tem sido a marca do policiamento nessas atividades de ruas em nosso estado.

Também o patrocínio do governo do estado, através da Bahiatursa, para as entidades de matriz africana: os afoxés, os blocos afros, para manter viva a cultura e a identidade do nosso povo do interior, especialmente da região do Portal do Sertão em Feira de Santana.

Uma boa Micareta a todos a partir desta quinta-feira em Feira.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Eu queria pedir verificação de quórum para continuidade da presente sessão, com chamada nominal, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, hoje nós temos aqui um projeto muito importante a ser votado. Aliás, são vários projetos, mas um deles é justamente que nós temos que ratificar um convênio, ratificar a participação do nosso governador no Consórcio Nordeste, uma iniciativa muito importante, nacional, de reunir os governadores, os governadores justamente desse território livre que estão dispostos a se organizarem para enfrentar esse período difícil da nossa história.

E votar também aqui a ratificação de um exemplo de solidariedade, feito pelo nosso governador que cedeu mais de cem policiais militares, que foram ali colaborar com a segurança pública no estado do Ceará, a segurança pública que é um problema nacional.

Então, não existe esse negócio de ser segurança pública só no estado. Ou a gente cuida das nossas fronteiras ou a gente cuida de todos os estados, porque sabe que o crime tem muita agilidade, quando aperta num estado, ele corre para outro. E aí o governador, com muita sabedoria, resolveu colaborar, não é só colaborar é ser solidário com o estado que passava por uma situação difícil, sendo atacado pelo crime organizado.

Então essa atitude do governador, ela precisa ser ratificada para que ele possa continuar tendo essa atitude com todos os estados que ali ocorrer emergências e que forem necessárias. E que isso também pode ocorrer com o estado da Bahia, que pode vir a precisar também da colaboração de outros estados.

Então isso vai ser discutido hoje aqui e deverá ser aprovado. Por isso que a gente precisa de toda a base do governo, dos 45 deputados que estão nesta Casa, que estão neste momento ainda vindo do almoço, pelas atividades que tiveram pela manhã, mas que nós vamos precisar da presença de todos aqui no plenário para que a gente possa atender a essa convocação do governador.

Por isso que eu chamo a todos para estarem presentes aqui para atender a uma solicitação de verificação de quórum feito pelo deputado Soldado Prisco, que também

chegou agora, ele devia ser mais colaborativo e entender a posição dos outros deputados. O deputado está ali sozinho do lado da Oposição, não tem quase ninguém aqui da Oposição, só tem ele e o deputado Tiago Correia, dois grandes combativos deputados. Então ele também está precisando, para não ficar tão isolado, solitário, que esteja aqui presente.

Então também não está presente o líder que viajou por motivos óbvios, mas também o vice-líder, o deputado Alan Sanches, cadê ele que é tão preocupado com Salvador? Ele precisa vir a este plenário aqui. Jacó já falou da saúde de Salvador, ele que sempre responde! Então é bom que ele esteja aqui no plenário também. Enfim, é preciso da participação de todos. Por isso que eu peço o tempo regulamentar para que sejam convocados, nominalmente, Sr. Presidente, todos os deputados para estarem aqui neste plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Defiro as questões de ordem do deputado Prisco e do deputado Marcelino Galo, e peço que zerem o painel e conte o tempo regimental. Ao tempo que convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazer presentes no plenário, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feita pelo deputado Prisco.

Sr.^{as} e Srs. Deputados que estejam nos seus gabinetes, no cafezinho, na biblioteca ou em alguma atividade aqui nesta Casa, se façam presentes, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados para se fazerem presentes no plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão feita pelo deputado Soldado Prisco. Faltam 3 minutos e dois deputados para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, queria solicitar aos deputados Zó, deputado Zé Raimundo, do Partido dos Trabalhadores, Zé Cocá, do PP, deputada Neusa Cadore, o deputado Eduardo, eu acho que já deu presença. Deputado Robinho, deputado Paulo Rangel, deputado Pastor Isidório Filho, venha aqui, precisamos até de uma oração. Deputada Olívia Santana, deputado Paulo Rangel, deputado Pastor Isidório Filho, venha aqui, precisamos até de uma oração. Deputada Olívia Santana, deputada Neusa Cadore, deputado Nelson Leal, deputada Mirela, deputado Alan chegando aqui, deputada Neusa. Já tem quórum, presidente.

Presidente, já tem quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Soldado Prisco: Ainda não, líder.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Mas já está aqui dentro, deputado, tem que estar presente.

O Sr. Soldado Prisco: É no olhômetro?

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: É no olhômetro.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ainda tem 1 minuto e 46 segundos para ele registrar a presença ali.

Já há quórum.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 25 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nobres deputados, membros da imprensa, Galerias, colaboradores. Hoje eu quero agradecer ao Líder do PT, deputado Marcelino Galo, por ter nos cedido o tempo, a nosso pedido, no Grande Expediente, e o nosso tema hoje é cultura.

Nós, deputado Rosenberg, que defendemos a cultura, não só da Bahia, a cultura de todo país, a cultura mundial, como não só um setor que economicamente gera empregos, é responsável por grande parte de PIB em vários países. E aqui também representa a diversidade de um povo através de suas várias linguagens artísticas.

Infelizmente, o governo federal, que é regido pelas estrelas, porque seu maior pensador é um astrólogo... por militares, um pensamento conservador... Ou não compreende isso, ou faz um revanchismo com o segmento tentando matar de vez um segmento que, na verdade, representa o Brasil mundialmente. Começou no seu governo e radicalmente eliminou o Ministério da Cultura transformando em Ministério da Cidadania.

Como é possível um segmento tão pujante, que tinha políticas importantes, que gozava, no entanto, de ainda orçamento deficitário, ter sido extinto para virar uma superintendência num ministério?

Não bastasse isso, recentemente, o presidente atacou a classe artística, talvez porque a maioria dos seus representantes não tivessem o mesmo pensamento ou fossem da mesma corrente ideológica que ele.

Lamentavelmente o presidente não desceu, ainda, do palanque eleitoral quando escolhe o segmento da cultura para destilar o seu ódio, de um governo que queria, entre aspas, debater uma ideologia... porque ele é um caça-fantasma. Ideologia do gênero, ideologia de esquerda, todas as ideologias. Um governo que transforma, um governo conservador, um governo de direita que transforma segmentos inteiros em

vítimas do seu ódio a ser destilado, infelizmente, quando ele tem a caneta e tem a autoridade.

Infelizmente, quando o obscurantismo está no poder, a cultura, que é iluminada, a cultura que representa um país, a cultura que tem um pensamento reflexivo, a cultura que tem toda uma classe que nos honra, infelizmente está a sofrer.

Não bastasse isso, a redução de orçamentos, a extinção de ministérios. O Ministério da Cidadania, cujo ministro é o Terra, ontem, decidiu mudar o nome da Lei Rouanet. Aliás, o presidente vem, desde que assumiu, chamando a Lei Rouanet, que é uma lei de incentivo à cultura, uma lei da “mamata”, uma lei da “desgraça”, termos chulos que, infelizmente, sou obrigada a repetir.

Aliás, Rouanet era um pensador conservador. Rouanet, que é o apelido de uma lei de 91, na verdade, foi um secretário de Cultura de um governo conservador, no entanto, pensava políticas culturais de forma racional, de forma consciente. Porque, independente de ideologia, a política cultural é uma mola mestra propulsora de emprego e renda em vários países. E, ao colocar a Lei Rouanet como a lei da “mamata” para atingir, deputado Osni, de forma revanchista, deputado Jacó, toda uma classe artística do país como se todos fossem corruptos, o que é uma inverdade – nós sabemos disso – quer agora modificar essa lei, tirando o nome para ver se invisibiliza, chamando de Lei de Incentivo à Cultura. Até aí tudo bem, em que pese esse ter sido um apelido que pegou, assim como a Lei de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher se tornou a Lei Maria da Penha, porque é uma lei que pegou, porque quando o povo quer a lei pega.

Ele, numa tacada que nós consideramos infralegal, porque a lei em vigor foi amplamente debatida e votada, reduz o incentivo que é renúncia fiscal... Porque, na verdade, muitas pessoas não compreendem a Lei Rouanet. Na verdade, o governo aprova uma lista de projetos que pode ser um festival de cinema, que pode ser um festival no Amazonas, que pode ser o festival de Parintins, que pode ser uma festa popular, uma série de projetos, que pode ser um filme, que poderão captar patrocínio junto a empresas. Esses patrocínios são realizados através de renúncia fiscal de impostos.

Ora, a lei então em vigor, que é uma lei de 91, é uma lei em que você poderia ter um teto de até 60 milhões para grandes projetos nacionais inclusive. Essa lei foi agora, de uma forma infralegal, reduzida de 60 milhões para 1 milhão. Vejam: 60 milhões para 1 milhão.

Não é razoável que nós tenhamos uma lei em vigor há 10 anos, em que pese nós defendermos aqui a democratização dos recursos, o acesso democrático no interior do país a todos esses projetos, a fiscalização rigorosa da aplicabilidade desses recursos aprovados, a transparência desses recursos... Nós não podemos ter grandes projetos nacionais em que pese também – é bom que se diga – 90% de todos os projetos culturais, efetivamente, podem conseguir ser patrocinados com recursos de até 1 milhão, deputado Rosemberg. Só que nós temos de 10 a 15% de grandes projetos nacionais, de grandes festas que trazem e atraem riquezas, trazem turistas e geram dividendos, que não têm condição de ter um patrocínio de até R\$1 milhão.

Claro, felizmente, ficaram de fora o restauro de patrimônio material e a conservação, porque, inicialmente, eles não iam deixar isso de fora. Por exemplo, quanto ao Museu Nacional, se não tivessem ficado a restauração e a conservação de patrimônio, o Museu Nacional, para ser reconstruído, deputado Osni, custaria muito mais do que esse valor. Obviamente, R\$ 1 milhão de patrocínio de uma empresa privada como o Itaú ou o Banco Safra. A Lily Safra dedicou alguns milhões para o restauro da *Notre-Dame*. Não sei se ela fez o mesmo pelo nosso Museu Nacional. Bom, mas, felizmente, ficou de fora.

Mas, imagine uma lei que, ontem, a lei, simplesmente, tirou de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão. Algumas empresas que poderiam ter festas, que podiam estar patrocinando e buscando, junto a grandes empresas, para uma captação possível total de R\$ 6 milhões.

Quer dizer, isso não é razoável sem ter sido discutido com a sociedade civil e com o Legislativo. Na verdade, existe, tramitando no Congresso, a chamada Lei Procultura. É um projeto de lei, melhor dizendo, o PL n.º 6.722/2010, o Procultura. Esse foi, amplamente, debatido com a sociedade e com a classe artística. Esse teve uma primeira votação aprovada na Câmara e, deputado Zé Raimundo, foi, recentemente, desarquivado no Senado. Para ser votado esse PL, ele foi, amplamente, debatido e atualizaria a Lei Rouanet.

Nós não compactuamos, obviamente, com desvios de recursos, com malversação de verba pública. Mas nós defendemos, aqui, a cultura, defendemos um maior orçamento, defendemos subsídios para o setor cultural. E a forma de renúncia fiscal das empresas patrocinando projetos previamente selecionados pelo governo é uma forma, também, de homenagear e valorizar esse setor.

O deputado Osni, recentemente, à frente da Câmara de Patrimônio aqui na Bahia. Eu estava representando a Assembleia Legislativa. Tive a oportunidade de receber um ofício do então prefeito de Serrinha o pedido de declaração de patrimônio imaterial a Procissão do Fogaréu, lá, em Serrinha, que é muito bonito e está prestes a ser encaminhado. Temos, também, o Samba de Roda em Cachoeira que a comissão está analisando.

Mas, enfim, a cultura é um segmento, extremamente, importante e deve ser valorizado do ponto de vista de investimento. A classe artística brasileira, internacionalmente reconhecida, deve ser respeitada. Não é possível que as pessoas sejam acusadas por tentar realizar projetos de valorização da cultura. Assim, um projeto de valorização da cultura pode ser, absolutamente, abortado em função de um pensamento tacanho, medíocre, baseado em premissas falsas, ideologicamente equivocadas.

Digo isso, porque um presidente não pode prestigiar, apenas, aqueles que contaram, que deram o seu apoio, o seu voto. Está prejudicando o país. O Brasil é reconhecido, internacionalmente, como o país da cultura. Como é possível a cultura, que já era magrinha de orçamento, ter agora piorado? Muitos projetos culturais só tinham, efetivamente, apoio quando se tinha renúncia fiscal de empresas e, mesmo assim, com dificuldade.

Ao invés de discutir o Procultura, que já está lá amplamente debatido, junto com o Legislativo, até chamando de seu esse projeto, porque se amplamente debatido, já votado na Câmara, desarquivado no Senado, ele tem a legitimidade de ter sido discutido.

Se uma lei tem algumas coisas que não estão indo de forma correta, há que se atualizar essa lei, mas não reduzir como se fosse um mata-leão na classe. Já fez isso com extinção do ministério, fez isso com a política de valorização, com a extinção da Ancine, com a política de valorização do audiovisual.

O governo está fazendo isso de forma revanchista. Eu digo revanchista e ignorante, porque não se mata um segmento que gera emprego e renda, não se mata um segmento pulsante para um país como o Brasil, não se mata desta maneira ignorante, mudando nome da lei, mudando e modificando, de forma infralegal, a Lei Rouanet para fazer esta revanche.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Com o aparte o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputada Fabíola, eu, ontem, vi, com tristeza, a política de cultura do governo Bolsonaro. Eu não esperava coisa diferente. Este é um problema. Quanto à política cultural no Brasil, nós precisávamos debatê-la. Eu venho, inclusive, colocando isso desde o nosso governo, o governo Lula, o governo Dilma, pois nós não interferimos na política cultural de forma estruturante.

A antiga Lei Rouanet, que era até ontem, ela precisava ter alguns regramentos do ponto de vista de atendimento à cultura regional, porque é inadmissível o Sul e o Sudeste abocanharem uma grande quantidade de dinheiro para a chamada política cultural, uma vez que, na realidade, essas grandes empresas do Sul e do Sudeste usam economicamente, não do ponto de vista do investimento mais cultural.

Por isso, algumas figuras conhecidas nacionalmente de captação de recursos começam a vir para a Bahia e assediar, certamente, a nossa política cultural, uma vez que há um esvaziamento de investimento, hoje, no Sul e no Sudeste do país.

Então, eu acho que nós precisamos fazer este debate. Acho que V. Ex.^a tem pertinência para isso. Acho que a gente devia debater, de uma forma madura, o financiamento da cultura no Brasil, criando mecanismo de atendimento às diversas regiões.

É como aqui na Bahia, se nós não criarmos... Eu acho até que a gente avançou um pouco, mas precisa avançar mais, porque, senão, o Fazcultura acaba ficando restrito à Salvador e à Região Metropolitana. Quando nós criamos alguns programas de regionalização, melhorou. Eu acho que distribui melhor e democratiza mais o financiamento.

Então, eu lamento a redução de investimento na cultura pelo governo federal. Mas acho que nós temos que fazer um debate no financiamento da cultura a partir desses programas de forma a atender o Brasil de uma forma mais democrática, porque, senão, o dinheiro fica restrito ao Sul e ao Sudeste do país.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Obrigada pelo comentário que incorporo à nossa fala.

Mas, como eu dizia, deputado Rosemberg, nós estamos aqui defendendo que o presidente Bolsonaro possa pegar o Procultura, um Projeto de Lei n.º 6.722 de 2010, debatido com a sociedade e com o Legislativo, aprovado, em primeira votação, na Câmara dos Deputados que, exatamente, vem ao encontro do que V. Ex.^a e eu estamos defendendo: a ampliação da fiscalização e democratização da distribuição de recursos para que não fiquem concentrados a projetos no eixo Rio e São Paulo. Isso dá transparência e valoriza o controle social. Isso já existe lá.

Mas, ao invés de pegar algo debatido, algo democrático que vai ao encontro do que a gente quer... O que a gente quer? A gente quer a desconcentração, a regionalização, o investimento não só de grandes e macros projetos de R\$ 60 milhões como o maior quantitativo de projetos de R\$ 1 milhão ou de R\$ 2 milhões, que estejam no Nordeste, onde está inserida a Bahia. Essa lei foi debatida. E o Senado a desarquivou recentemente.

Mas, numa medida autoritária, não debatida, como é praxe deste governo, o ministro da Cidadania, ministério da qual faz parte a cultura, simplesmente, coloca através de instrução normativa.

É lamentável. E a gente vem aqui lamentar de público, fazer esta defesa em nome do segmento da cultura e em nome da classe artística que vêm sendo acusadas com nomes de baixo calão no revanchismo do presidente.

E, em relação a Bahia, isso faz com que nós... E, aqui, já fiz essa defesa várias vezes. Isso vem época do PPA, deputado Rosemberg. A gente defende 1% do Orçamento para a cultura. Cultura, sobretudo, num estado como a Bahia, é um segmento gerador de riquezas e, também, revelador de grandes talentos. Infelizmente, nós reconhecemos a crise por que passa o Brasil, obviamente, com seus resultados nefastos na Bahia. A cultura vem sofrendo mais do que qualquer outro segmento.

Quando nós defendemos 1% do Orçamento para a cultura, isso é para a gente poder ter políticas culturais mais efetivas, desconcentradas, regionalizadas para diversas linguagens artísticas e que possam não depender, apenas, de editais, porque quando se depende, apenas, de editais que, muitas vezes, são mais burocráticos, e devem ser, e, também, agregam e têm vencedores, pessoas com mais experiências, nós estamos, às vezes, não cuidando, por exemplo, daqueles talentos da juventude que estão no interior.

Eu, por exemplo, defendo que a gente tenha esse Orçamento de 1% para a cultura. Defendi na legislatura passada e continuo defendendo agora. A gente, também, entende, por exemplo, que uns segmentos inteiros não recebem, aqui, na Bahia, tanta atenção quanto deveriam, como é o caso, por exemplo, das filarmônicas.

Recentemente, nós e o presidente da Comissão de Cultura recebemos um grupo de filarmônicas. Encaminhamos, na comissão, uma audiência pública para tratar sobre isso em que, em não havendo editais específicos para filarmônicas, deputado Osni, as filarmônicas amargam, ao longo de um tempo, já um sucateamento com falta de instrumentos e, também, com a perda desses talentos jovens, muitas vezes, para o

mundo do crime. Lembro que as filarmônicas incluem, eminentemente, a juventude e, na sua grande maioria, a juventude negra nas diversas regiões.

Essas filarmônicas nos pedem apoio contínuo. E nós não temos. E a Secretaria de Cultura, com um orçamento muito diminuto, ainda que tenham tido avanços, não dá conta da diversidade e da pluralidade cultural da Bahia nos seus vários segmentos.

Quando nós vemos um achatamento desta política retrógrada no governo federal, a gente não se surpreende. Mas a gente tem que registrar, aqui, o lamento, porque a classe artística resistirá. E nós, aqui na Assembleia, resistiremos conjuntamente. Nós ficamos mais preocupados ainda, porque a Bahia, um estado vanguarda, a terra-mãe, deveria estar, em contrapartida, fomentando políticas culturais para que tenhamos, por exemplo, nas filarmônicas, outros grupos tipo NEOJIBA.

Digo isso porque nós temos filarmônicas. Só em Cachoeira, temos duas, quais sejam, Filarmônica Minerva Cachoeirana e Lira Ceciliana de Cachoeira. Temos filarmônicas em todos os lugares como, por exemplo, em: Wenceslau Guimarães, Gandu, Serrinha, São Gabriel, Irecê, Ubaitaba, etc. Em todos os lugares, você vê filarmônicas com talentos formidáveis.

Só para citar uma das políticas. Fora, a gente tem tudo de patrimônio imaterial e cultural. Temos tudo dos saberes dos mestres de capoeira. Enfim, há segmentos inteiros que precisam de apoio como a literatura, a poesia, o teatro e o cinema.

Enfim, diante de uma nefasta política federal, é preciso que a Bahia resista com a valorização das políticas culturais do estado, com orçamento, com novos editais, para não dependermos, apenas, das verbas dos editais. Então, filarmônica...

Nós temos, também, as Matrizes do Forró que estão solicitando um maior apoio, inclusive patrimônio imaterial da Bahia. Esse grupo terá, em nossa comissão, todo o nosso carinho. Quanto a tudo isso, nós precisamos, realmente, em época de PPA, materializar avanços para a cultura.

Bem, fazendo uma analogia, é como se diz, ou seja, na crise, se você tem um paciente mais gordinho, você consegue tirar alguns quilos, deixando de comer, deputado Osni. Mas de um paciente magrinho, você não consegue que ele faça uma dieta, sem que ele morra de inanição.

Ao seguir esta nefasta política federal, quanto à cultura, se não houver o apoio ainda maior do nosso governador... É bom que se diga: houve avanços. Mas nós precisamos avançar ainda mais, porque esses avanços são, ainda, muito pequenos. E se nós não fizermos isso agora, nós vamos estar perdendo um importante segmento gerador de emprego e renda para o nosso país.

Por fim, eu gostaria de dizer que a Bahia é abençoada por Deus, pelos orixás, por São Jorge. A Bahia é da pluralidade de todas as religiões.

Mas, realmente, a gente vem aqui falar de um projeto de um deputado desta Casa que quer, justamente, entregar a Bahia à Santíssima Trindade. Projeto semelhante a esse foi feito pelo prefeito Jairo, de Guanambi. Nós, efetivamente...

Graças a Deus, o Ministério Público diz ser este item inconstitucional diante da laicidade do nosso estado.

Veja, o projeto de lei nada mais é do que uma cópia de vários deputados que têm uma determinada religião, mas que tem tido esse projeto, colocando nas suas assembleias.

Eu respeito a religião de todos.

O projeto de lei entrega, à Santíssima Trindade, a proteção e o comando supremo espiritual do estado da Bahia com seus 417 municípios, anulando, na Bahia, todo pacto feito com principados, potestades e demais anjos do mundo tenebroso que compõem as forças espirituais malignas e maléficas que possam prejudicar o nosso povo e a nossa gente.

E cita no artigo: “anula todo pacto feito que possa prejudicar o nosso povo, pactos esses feitos com os anjos das trevas para prejudicar pessoas, famílias nas águas, nos rios, nos lagos, lagoas e diques, nos montes, montanhas, desertos e rochas.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ora, além de o estado ser laico, nós vamos lembrar, aqui, mais uma vez, o seguinte: não se pode, respeitando a laicidade do Estado, fazer projetos, com fins eleitorais, para atender a determinados segmentos em função de nós estarmos propondo itens inconstitucionais. Para um Estado laico, este PL é inconstitucional e, também, um acinte a religiões de matriz africana que têm os lagos e os diques como os seus ambientes sagrados.

Enfim, quero registrar aqui o repúdio a este projeto de lei que, certamente, espero não seja votado favoravelmente nesta Casa, porque tem fins eleitorais, para falar por um segmento, e fere a laicidade do Estado. Isso é preconceituoso em relação a outras religiões que são tão divulgadas aqui no nosso estado.

Lamentável se dizer que projetos como esses ainda sejam colocados nesta Casa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a tolerância de V. Ex.^a, Sr. Presidente, ainda que nós desejemos toda a bênção da Santíssima Trindade – eu sou católica – e de todos os santos e os orixás, mas, para isso, o Deus, Pai Todo-Poderoso, não precisa de projeto de lei, porque ele já comanda tudo.

Então, lamentavelmente, nós vamos ter um projeto inconstitucional que fere, com preconceito, a liberdade de culto de outras religiões.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, se V. Ex.^a solicitar ao deputado Pedro Tavares assumir a Presidência da sessão, V. Ex.^a falará por 12 minutos.

(O Sr. Pedro Tavares assume a Presidência da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Por 12 minutos, com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, infelizmente, o tempo, no Pequeno Expediente, não foi suficiente para tratar, deputado Osni, do tema que me trouxe, hoje, a esta Casa. Primeiro, o tema foi tratado na Comissão de Infraestrutura.

Aproveito para parabenizar o presidente da comissão. Já fiz isso mais cedo. Mas, agora, aproveito o momento em que ele dirige os trabalhos, a fim de parabenizar o deputado Pedro Tavares pela condução dos trabalhos hoje e pela dinâmica que ele tem dado à frente desta comissão.

Trouxe um tema, no dia de hoje, deputado Osni. Já falei na audiência com o secretário Marcus Cavalcanti. Já utilizei os meus 5 minutos durante o Pequeno Expediente. E, contando com a tolerância do nosso Líder do Governo, meu querido amigo e deputado Rosemberg, volto a esta tribuna para insistir neste tema que é o prejuízo que as empresas de reflorestamento, sobretudo a Ferbasa e a Copener, têm trazido para o Litoral Norte da Bahia.

Deputado Rosemberg, desde 2007, no início do governo Wagner, praticamente, todas as estradas da região foram recuperadas. Somando os 8 anos de Wagner e os 4 anos de Rui, nós tivemos, praticamente, todas as nossas estradas recuperadas.

A estrada é uma conquista e uma luta, também, do nosso mandato: a BA-400 de Cardeal da Silva à Linha Verde foi recuperada nesse período; a BA-233 de Esplanada à Linha Verde e ao Conde foi recuperada nesse período; o acesso do Trevo do Loreto à sede do município de Jandaíra foi recuperado; a estrada entre Esplanada a Acajutiba foi recuperada; a estrada entre Crisópolis a Olindina foi toda recuperada; a estrada entre Acajutiba e Crisópolis foi toda recuperada, deputado Zé Cocá; a estrada de Acajutiba a Aporá e Aporá à BR-110 foi toda recuperada.

E eu digo isso, porque essas estradas, hoje, já estão bastante deterioradas, boa parte delas, devido a essa irresponsabilidade, devido à falta de fiscalização, devido à forma predatória com que essas empresas tocam seus negócios.

E o que tem gerado, para a nossa região, deputada Olívia Santana, é uma verdadeira tragédia, tragédia ambiental pelo uso irresponsável de todo tipo de agrotóxico, pelo uso irresponsável da quantidade de hectares ocupados, deputado Osni. Tudo isso tem interferido, sim! no lençol freático daquela região ao secar lagoas, rios, e destruir a fauna de toda uma região.

Eles se comportam como verdadeiros donos da lei. Para essas empresas, não existe a lei. Para essas empresas, não existe função e responsabilidade social. Eles só se preocupam em enriquecer e ganhar, cada vez mais, dinheiro.

A colheita é, praticamente, toda mecanizada, deputado Osni, deputada Talita. Eles não geram quase nenhum emprego, danificam as nossas estradas, prejudicam o nosso meio ambiente, colocam em risco a vida das famílias que trafegam por essas estradas, deputado Marcelo Veiga, porque essas carretas estão cada vez maiores e mais pesadas. Daí, a importância...

Eu disse, hoje, ao secretário Marcus Cavalcanti que nos deu uma excelente notícia que o governo, deputado Jacó, já está providenciando a licitação para termos balanças e pontos de fiscalização, a fim de nós podermos começar a mostrar a essas pessoas que eles não estão acima da lei.

Precisa-se descobrir quantas toneladas vão em cada carreta daquela, deputado Osni, porque as carretas têm destruído todas as estradas. E, olhem, eu estou falando, apenas, das BAs, mas esses veículos destroem as BRs, destroem as estradas vicinais, deputado Jacó, destroem a ligação dos assentamentos que precisam escoar sua produção. E nada é feito, porque, até hoje, eles, simplesmente, se colocam como os donos da lei!

Por isso, no dia de hoje, eu vim deixar a mensagem de que nós vamos para cima desses absurdos! Deputado Líder, peço a sua ajuda nesta empreitada. Nós vamos para cima dessas empresas! Nós vamos investigar! Nós vamos fiscalizar esses verdadeiros titânicos sobre rodas, deputado Jacó.

Existem limites de horário para eles trafegarem pelas estradas, porque eles são muito compridos e atrapalham a visibilidade dos motoristas à noite. Acreditem, Sr.^{as} e Srs. Deputados e imprensa presentes, pois eles ignoram, até, as normas de trânsito, porque é comum, na BR-093, o tráfego desses veículos. Apenas para ficar o exemplo, deputado Marcelino Veiga, que roda nesta estrada, é comum, deputado Pedro Tavares, à noite, você destampar com aquele monstro carregado de madeira e que você não encontra um único ponto de ultrapassagem ou, quando consegue fazer isso, você fica com a visibilidade prejudicada e coloca em risco a vida de milhares de baianos.

Isso precisa de uma resposta do poder público, precisa de uma resposta desta Casa, deputado Osni.

Eu disse, aqui, no Pequeno Expediente, somente no município...

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA: Eu concederei um aparte com muito prazer ao deputado Osni.

Mas, somente no município de Esplanada, eles possuem mais de 35% de todo o território de áreas planas que podiam servir para gerar emprego e renda para ter algum tipo de função social.

Eu ouço, com muito prazer, o deputado Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Obrigado, deputado Alex.

Boa tarde a todos da Casa.

Estou te ouvindo atentamente. Quanto a este assunto, eu só tenho a lamentar, porque, além do prejuízo, o conjunto daquelas famílias e daquela população, o

governo federal, de maneira aligeirada, regulamenta mais um agrotóxico a cada dois dias no país. Imaginem o tamanho da maldade que está vindo por aí.

Mas o dever da nossa função, aqui, não é, apenas, falar, não é, apenas, fiscalizar o governo, não é, apenas, propor leis, mas é, principalmente, fiscalizar os serviços que estão sendo executados por aí, principalmente, dessa empresa que me interessa muito o debate.

Está na hora de a gente começar a avaliar aquilo que eles pagam não só de compensação ambiental, que é um outro fundo que a gente precisa conhecer melhor, porque, às vezes, muitos diagnósticos são feitos. Mas, principalmente, qual é o prejuízo causado às vias trafegadas por eles? Talvez, em relação ao conjunto desse prejuízo, quanto ao que eles pagam de impostos, isso não chega nem a equacionar o tamanho do problema que ele deixa para o estado da Bahia e para os produtores.

Então eu quero me colocar à sua disposição para entrar nesta luta, nesta batalha, porque eu concordo com o que você diz aqui.

O Sr. ALEX LIMA: Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex.^a.

Quanto a este ponto, eu tratei, também, hoje, na Comissão, deputado Osni.

Nós vamos pedir, ao secretário da Fazenda, o competente Manoel Vitório, para ele dizer quanto essas empresas geram em receita para o estado, deputado Jacó. Dou um exemplo. No meu município, no município de Esplanada, eles declaram, lá, para efeito do cálculo do imposto territorial, eles declaram o hectare num valor muito abaixo do que é o valor do mercado para pagar menos.

Então nós precisamos saber qual é a carga tributária, o que gera de riqueza, o que gera de imposto a essas empresas. Assim, a gente pode fazer, também, o encontro da conta, porque não é justo não dar o direito a essa empresa de por que ela gera algum crédito com os impostos pagos ao governo, que ela provoque tanta maldade e tanta destruição para toda uma região.

Essas empresas são unanimidades negativas lá na nossa região. E isso piora a cada dia. Você não consegue ter nenhum tipo de diálogo, você não consegue demonstrar, para ninguém dessa empresa, que eles precisam reparar, pelo menos, parte dos danos que eles causam. Eles são incapazes, deputado Osni, de, ao menos, dar manutenção nas estradas e dirimir os sinais que eles destroem. Há pequenos agricultores e há famílias carentes que dependem do suor do seu trabalho para tirar o seu sustento. Nem isso você consegue ter.

Ele não tem um projeto social. Eles não têm nenhum tipo de diálogo. Eles não fazem, absolutamente, nada, a não ser extrair, destruir, trazer e provocar o mal na vida das pessoas.

Eu tenho absoluta certeza de que se fizessemos, deputado Robinson, um referendo popular, ao menos no Litoral Norte da Bahia, essas empresas seriam banidas, pois, ao longo de mais de 30 anos, elas têm feito muito mal e elas têm destruído toda uma região.

Assim como o deputado Adolfo Menezes falou da situação da Ferbasa também no seu município de Campo Formoso, nós esperamos, também, unir forças para enfrentar esses barões do reflorestamento do nosso estado.

Eu queria agradecer e, ao mesmo tempo, pedir o apoio desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Queria parabenizar o deputado Alex pelo pronunciamento pertinente e me colocar à disposição de V. Ex.^a nesta luta.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Passo a Presidência para o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Presidente, vamos dividir o tempo. O deputado Prisco falará por 5 minutos e eu falarei por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais membros desta Casa, já estamos no mês de abril, vai completar 5 anos deste governo e, até agora, a maioria esmagadora dos servidores públicos não teve reajuste salarial. Não há nenhuma promessa deste governo de reajustar os salários dos servidores públicos. O Planserv está cambaleando, cai não cai, o governo só promete, mente, faz propagandas mentirosas sobre o plano de saúde dos servidores públicos. Um verdadeiro descaso o que vem acontecendo com este governo em relação ao plano de saúde. Aliás, o governador Rui Costa foi especialista em tirar direitos dos servidores públicos. Acabou com a Conder, com o financiamento habitacional, que foi conquistado pelos servidores públicos, ele simplesmente acabou. Cinco anos praticamente sem reajuste, aumentou a alíquota da previdência nesta Casa de 12% para 14%, nenhum benefício para os servidores públicos.

Aqui, nesta Casa, foi aprovado o ICMS na compra de armas para os policiais. Não traria nenhum malefício ao governo isentar, não teria nenhum corte no seu orçamento e, mesmo assim ele não sancionou, o projeto já está na mão dele há quase 3 anos.

Então, o que vem acontecendo na Bahia, o que ele pregou na campanha que estava muito bem com as suas contas, que o Estado pagava e quitava, a realidade que a gente vê é outra. Nos quartéis, praticamente, a maioria deles sucateados. As delegacias em situações absurdas. Se montou aqui um castelo de vidro que custou mais de R\$ 300 milhões e quando você desce para as guaritas, que fazem a segurança do palácio do governo aqui do lado, a fiação toda solta, chove mais dentro do que fora, os policiais ficam ali sofrendo. Aqui do lado, a companhia que tem aqui, que

toma conta do CAB, que é a 82ª companhia, nem banheiro tem, toda sucateada, aqui dentro do Centro Administrativo da Bahia.

Este é o governo que gasta muito em propaganda, para enganar a população da Bahia e a situação como está. Lá em Feira de Santana, ontem, recebemos uma denúncia. Está tendo a reforma do CPM e não existe uma placa de que empresa está fazendo, a reforma simplesmente não atende aos anseios nem dos alunos, nem da população de Feira de Santana, a escola praticamente está abandonada, não se tem prazo, não se tem engenheiro responsável e todos na cidade perguntam: que empresa está fazendo essa obra no Colégio da Polícia Militar em Feira de Santana? Que condições são aquelas?

Aliás, não é esse absurdo só que vem acontecendo na cidade de Feira de Santana. Um órgão tão importante, um órgão do Estado que é o Hemoba está passando por dificuldades absurdas na cidade de Feira de Santana. O ônibus, lá todo sucateado. Estive e presenciei, mas vi, aqui, o deputado Robinson falar que o governo vai investir muito dinheiro na micareta de Feira de Santana. Mas e a saúde e a educação daquela cidade? Uma escola que tem tradição que é o Colégio da Polícia Militar, uma reforma prometida à época pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto, que se elegeu deputado federal, está lá, uma obra parada, sem placa, sem engenheiro, sem ninguém saber quando vai terminar essa obra, de que forma ela será feita. Então, é dessa forma que o governo vem enganando a população da Bahia, tratando desse jeito essa situação.

A segurança está uma lástima, violência, alastrada. Hoje, no programa de meio-dia vimos que no centro de Salvador, no bairro do Canela, houve uma troca de tiros, pessoas baleadas, em pleno centro da cidade. E a entrevistadora que foi falando com as pessoas viu que ali não era nenhuma novidade. As pessoas tinham medo de sair de casa, vários comerciantes falando, mostrou um comerciante que já foi assaltado três vezes só este ano...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas a Bahia está indo muito bem. O castelo de vidro aqui então...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: (...) está uma maravilha. Foi um prédio feito para o seu secretário de Segurança Pública mostrar para a mídia mais uma farsa e mais uma mentira deste governo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. Alan Sanches: Pelo tempo do...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Cinco minutos, pelo tempo do Bloco Parlamentar PSDB/PSC.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde, nobres colegas, funcionários desta Casa, pessoas que ocupam as Galerias. Sr. Presidente, tivemos hoje, pela manhã, na Comissão de Infraestrutura a visita do secretário Marcus Cavalcanti, que apresentou o planejamento do governo no tocante às obras de infraestrutura, mas aproveitamos o momento, e queria também fazer o convite aqui, a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Pedro Tavares, convidou a esta Casa, na semana que vem, na próxima terça-feira, a Concessionária Viabahia para discutir os investimentos dessa empresa nas vias que estão sob a sua concessão, BR-116 principalmente.

BR essa que foi cedida à administração da empresa, no ano de 2009, quando foi assinado o contrato, contrato esse que previa que a duplicação das vias se daria quando o volume de veículo diário atingisse mais de 6.500 veículos. Isso foi atingido em 2011 e até hoje grande parte dos trechos da BR-116 não se encontram duplicados.

No tocante à cidade de Vitória da Conquista, terceira cidade do nosso estado, com um fluxo pesado de veículos, a BR-116 corta a cidade ao meio, foi construído um anel viário anterior à concessão à Viabahia, e o contrato previa também a construção de viadutos, de quatro viadutos, um na saída para Brumado, um na saída para Itambé, Itapetinga e Ilhéus, outro na saída para o município da Barra do Choça... Hoje já tem necessidade de mais um viaduto, pois, em breve, entregaremos o novo aeroporto de Vitória da Conquista, que fica justamente depois do anel viário e nenhum desses viadutos foi construído até hoje. Inúmeros acidentes com vítimas fatais vêm ocorrendo, principalmente na saída para Itambé, e a CCR, em 2014, ficou de apresentar os projetos executivos desses viadutos, se comprometeu ainda com a construção de mais um viaduto para o Distrito Industrial de Vitória da Conquista, e nada aconteceu.

E a CCR vem cobrando pedágio, vem cobrando caro dos consumidores e vem prestando um serviço de péssima qualidade, não atende o que está previsto em contrato. Inclusive, o Ministério Público, em setembro do ano passado, aplicou uma multa de R\$ 5 milhões à CCR, justamente por descumprir o contrato, e assinaram um termo onde a CCR deveria, num prazo de 6 meses, fazer todo planejamento, projeto e licenciamento das obras de duplicação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Viabahia, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Viabahia, desculpe. Obrigado, obrigado. CCR não, Viabahia. Ela tinha que fazer todo o licenciamento, projeto e apresentar em 6 meses – isso foi em setembro, já venceu o prazo – para em até 1 ano depois desses 6 meses entregar duplicado de Vitória da Conquista até os limites com o estado de Minas Gerais. E nós não temos nenhuma notícia, vamos cobrar, inclusive, esses projetos na semana que vem, vamos cobrar esses licenciamentos, mas precisamos tomar uma posição enérgica de revisar esse contrato. Eu estou me debruçando nele, estudando diariamente, é um contrato robusto, mas já identifiquei diversos pontos não atendidos pela Viabahia, que, como falei, continua cobrando do consumidor um preço caro diante do péssimo serviço prestado, diante de todos os acordos que foram firmados nesse contrato, que não estão sendo cumpridos.

Uma empresa que poderia ter deixado talvez que outras empresas do mundo, a gente sabe que a Viabahia, a concessionária hoje é basicamente formada por uma empresa espanhola, poderia ter deixado que outras participassem. E hoje nós estamos aí pagando pedágio, com as estradas extremamente degradadas, sem infraestrutura, sem viadutos, sem passarelas. Ela não atende...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o mínimo que foi estabelecido no contrato, contrato esse que foi assinado em 2009, nós já estamos em 2019, tem 10 anos que o contrato foi assinado, e a concessionária vem prestando esse péssimo serviço.

Então, Sr. Presidente, queria convidar todos os parlamentares desta Casa para participar dessa reunião para que possamos debater e nos aprofundar ainda mais nesse assunto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, da Maioria, o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por 9 minutos o deputado Zé Raimundo e por 3 minutos o deputado Tum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Vou direto ao assunto, queria fazer a verificação de quórum, porque estou achando que estamos sem os deputados aqui presentes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro queria também parabenizar hoje a participação do secretário Marcus Cavalcanti, que fez uma bela apresentação, por solicitação da Comissão de Infraestrutura, do que deverão ser os investimentos naquela área para os próximos anos. Uma sessão extremamente concorrida, com 22 Srs. Deputados, do governo e de oposição...

O Sr. Pedro Tavares: Eram 28, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vinte e oito deputados. Queria aproveitar e chamar esses 28 deputados para atender à questão de ordem do deputado Alan Sanches para que a gente pudesse dar continuidade à sessão, marcando o tempo regimental, Sr. Presidente.

Por isso, eu queria iniciar, já dentro do meu tempo, chamando os deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro – o deputado Alan Sanches foi quem

pediu –, Alex da Piatã, Antônio Henrique, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles... há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão... Deputado Euclides, deputada Fabíola, o deputado Euclides acabou de... ainda não marcou não.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado!

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Mas eu queria já pedir ao deputado Alex Lima que marcasse o tempo regimental...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu vou deferir a questão de V. Ex.^{as} e pedir para zerar.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: (...) e fizesse a chamada nominal e estar zerando.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Defiro as questões de ordens do deputado Rosenberg Pinto e do deputado Alan. Peço que zerem o painel e que se conte o tempo regimental, ao tempo que convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes no Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feito pelo deputado Alan Sanches. Convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes no Plenário.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Convido as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a se fazerem presentes, há um pedido de verificação de quórum feita pelo Vice-líder da Minoria, meu querido amigo, competente e combativo, deputado Alan Sanches.

Convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão nos gabinetes, nas dependências da Casa, na biblioteca...

(O Sr. Nelson Leal adentra o Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Alegria de ter o nosso presidente em Plenário, a gente sabe dos inúmeros compromissos no exercício da Presidência, mas é sempre bom contar com o presidente no nosso Plenário, o deputado Nelson Leal.

E convidar as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a se fazerem presentes. O deputado Rosenberg, Líder do Governo, convida a sua Bancada para marcar presença para a continuidade da presente sessão, que tem inúmeras matérias de interesse da população baiana e precisa do quórum das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos precisando da presença de mais dois deputados para restabelecer o quórum para a continuidade da presente sessão. Há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Alan Sanches.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Que se suspendesse, uma vez que quem pediu o quórum já saiu da sessão, queria que V. Ex.^a recuperasse o quórum regimentalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Defiro a questão de V. Ex.^a, o deputado Alan Sanches não está, cai o pedido de verificação e peço que se restabeleça o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Passo a palavra, pelo tempo de 9 minutos ao deputado Zé Raimundo. (Pausa)

Concedo a palavra, pelo tempo de 9 minutos, ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Olhe o tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Zé Raimundo, eu vou pedir para repor o tempo de V. Ex.^a, apenas pedir para não contar mais o tempo da questão de ordem que foi prejudicada devido à ausência em plenário do autor da proposta.

Eu peço que se retome o tempo do deputado Zé Raimundo por 9 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, parece que não está contando, Sr. Presidente. Agora sim.

Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, solicito à Mesa aqui ao meu lado... há um orador na tribuna.

Sr. Presidente eu gostaria de fazer referência a essas datas simbólicas da nossa história: 21 de abril, 22 de abril e o momento que nós estamos vivendo. O 21 de abril marca uma referência do final do século XVIII quando o mundo inteiro, numa conjuntura revolucionária, as grandes revoluções liberais colocaram no túmulo da história o absolutismo e instauraram a partir de então... no final do século, a Revolução Francesa, inicialmente a Revolução Americana em 1776 e em 1789 a Revolução Francesa e a partir daí o mundo inteiro conheceu, presenciou um momento extraordinário de implantação de sociedades baseadas na igualdade, na liberdade e no pleno direito.

Essa foi a marca do 21 de abril que se inicia, evidentemente, com a referência a Tiradentes que fez parte daquele contexto da Inconfidência Mineira. Mas esse 21 de abril, tem logo em seguida o 22 que nos remonta lá para o século XV, século XVI com as grandes expansões europeias que também sinalizavam o momento de derrocada do feudalismo, dos senhores feudais e que abria uma etapa nova da humanidade com o racionalismo, com o humanismo.

E, hoje, ao comemarmos, ao lembrarmos essas datas, não podemos, infelizmente, comemorar esses símbolos, lembrar esses símbolos sem trazer para a atualidade o momento que estamos vivendo no Brasil.

Agora, mesmo, está sendo julgado um recurso na defesa do presidente Lula que tramitou, demorou, mas está lá no Superior Tribunal de Justiça. E ali está muito claro como os princípios liberais, os princípios do direito positivo, os princípios da individualidade do ser humano, de plena garantia dos direitos individuais, de uma ordem jurídica que garantisse a liberdade dos indivíduos, de um processo legal que pudesse examinar todas as circunstâncias daquelas condutas que pudessem ser penalizadas, garantindo, portanto, uma grande etapa da evolução do direito social,

dos direitos individuais, dos direitos políticos, enfim, que foram as revoluções liberais.

E, hoje, nos últimos 10, 12 anos, estamos vivendo em um mundo onde, praticamente, os pilares da igualdade, da liberdade, do estado de direito democrático estão sendo destruídos. E no caso do Brasil, depois do golpe que foi articulado contra a presidente Dilma, depois da farsa contra o presidente Lula, que não se provou absolutamente nada em termos processuais, prenderam o presidente, um presidente que tem uma história neste país, que construiu tantos caminhos novos para os negros, os índios, para as populações mais pobres, para um país que pudesse ser autônomo.

E após um golpe, uma campanha terrível contra o nosso partido, contra o Lula, tivemos essa coisa esquisita que foi a vitória de um candidato... agora está muito claro, o sentido do golpe foi exatamente destruir as conquistas históricas, não só da gestão do Lula, mas também dos governos anteriores, porque o desmanche que estão fazendo aí chega aos anos 1930, a destruição das estatais, as privatizações, a derrocada de uma ordem legal de justiça social, de regulação social coloca milhões de brasileiros e de brasileiras num estágio e numa fase de completo abandono. É o tal do neoliberalismo, que a China e a Europa Ocidental não adotaram, apesar da crise, nem os Estados Unidos das Américas não adotaram plenamente, porque está lá o Trump protegendo a indústria americana e nós aqui entregando nossas riquezas.

Por isso, comemorar 22 de abril, lembrar 21 de abril, a Inconfidência Mineira, o assassinato de Tiradentes, lembrar 21 de abril com o espírito de nação, o espírito brasileiro é repudiar o estado de coisas que o Brasil está vivendo. E a burguesia e a elite na sua cegueira, no seu olhar imediato para o lucro não estão percebendo, o que estão fazendo é destruindo o mercado interno. As sinalizações para as privatizações, para a flexibilização da lei do pré-sal, para o corte de incentivos, inclusive da agricultura, de modificação do papel do BNDES, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica vão destruir o que restava do mercado interno. E a burguesia também vai sofrer!

Eles, os dirigentes...

O Sr. Zó: V. Ex.^a me concede um aparte, Excelência?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) que imaginavam que iriam construir algo de novo, pelo contrário, estão voltando ao século XVIII.

Com muito prazer, concedo ao nobre deputado Zó a sua contribuição.

O Sr. Zó: Permita colaborar com o discurso de V. Ex.^a que é muito pertinente, porque o que está sendo feito no Brasil a gente já verifica nas ruas, nas portas das casas de cada cidadão e cidadã brasileiro, coisas que a gente não via.

Eu lembro quando guri, no sertão baiano, onde nasci, onde moro, onde amo, que as pessoas, eu ainda criança, com o pouco que nós tínhamos, ao meio-dia as famílias batiam na nossa porta pedindo um prato de comida, o prato era uma lata de doce e a panela uma lata de leite, e a gente pegava o pouco que tinha e dava para essas pessoas.

Depois de Lula esse cenário mudou, sumiu esse pedinte, essa mãe-de-família com os filhos na porta. Isso está voltando! Volta por quê? Se você analisar o PIS, 25 milhões de pessoas ficaram fora, porque era até dois salários mínimos que recebiam o PIS, somente até um salário mínimo. Então foram cortados diversos cidadãos e cidadãs. E também uma série de outras ações que eles estão cortando, de empregos, de uma série de fatores.

Então, eu queria registrar que esse golpe, como disse a nossa presidente legítima Dilma, não foi dado somente contra ela, foi dado contra o povo brasileiro. E a gente está vendo nos números, na economia, que está afetando principalmente os mais pobres, mas vai chegar na classe média e vai chegar nos ricos do Brasil também.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Muito obrigado e acolho o vosso aparte. Peço para que seja incluído no meu discurso.

Para concluir, Sr. Presidente, um lembrete final, aí é uma curiosidade, Porto Seguro não foi o primeiro lugar em que Cabral chegou.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Leiam o livro editado pela Assembleia Legislativa, *Porto Seguro, uma Capitania Esquecida*, de Roberto Martins, um livro belíssimo que trata da história de Porto Seguro ao longo de quatro séculos e debate essa atual conjuntura.

O primeiro olhar de Cabral foi lá na Barra do Cahy, no Prado, porque de Porto Seguro a gente não vê o Monte Pascoal. Lá ele chegou, dormiu e, no dia seguinte, subiu 10 léguas. E ali, na baía Cabrália...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ele percebeu e depois o primeiro grande...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Para concluir. (...) o primeiro grande historiador brasileiro que se chamava Adolfo de Varnhagen, mas que tinha o título de Conde de Porto Seguro, viajando pela Bahia, disse que foi lá em Porto Seguro, mas na verdade não foi.

Então, o livro está aí à disposição de vocês, um belíssimo livro de autoria de Roberto Martins que debate o desenvolvimento, o atual momento histórico de Porto Seguro e que vai ser uma leitura muito agradável.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente. E não tenhamos dúvida, o Lula vai voltar para ajudar a modificar esse atual quadro do Brasil.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): É sempre um prazer ouvir o deputado Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 3 minutos, ao deputado Tum. (Pausa) O deputado Tum não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Pedro Tavares: Falará por todo o tempo o deputado Capitão Alden.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Senhoras e senhores, boa tarde a todos e a todas.

A respeito do Projeto de Lei 23.155 que versa sobre a proposta de ratificação do convênio de cooperação celebrado pelo Poder Executivo com o estado do Ceará com o objetivo de empregar contingente de policiais militares no restabelecimento da ordem e paz social após grave evento sofrido pelo referido ente federativo. Então, esse projeto de lei visa a ratificação desse convênio e mais o protocolo de intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Com relação a esse convênio que visa ratificar a cooperação entre o estado do Ceará, exatamente no início deste ano, quando a polícia militar enviou 100 policiais militares para o estado do Ceará para, naquela época, conter a grave crise que se instaurou naquele estado, eu fiz aqui diversas críticas à falta de detalhamento desse convênio. Alertei aqui inclusive sobre os policiais militares que foram empregados no estado do Ceará, por conta de estarem hoje submetidos ao Planserv, que tem apenas cobertura no âmbito do estado da Bahia.

Perguntei aqui ao governador do estado, enviei ofício à governadoria, enviei ofício ao Comando-Geral da Polícia Militar para que eles me explicassem e até hoje, até a presente data, quando vai ser aprovado possivelmente esse projeto, até a presente data não tive nenhum retorno com referência ao que é que vai ser feito com os policiais militares que, uma vez sendo apresentados a qualquer estado da federação, mais especificamente do consórcio e se eles forem enviados para lá e se envolverem numa ocorrência policial, vierem a falecer, a sofrer um disparo, como é que eles serão cobertos?

O Planserv, hoje, só atende na Bahia. O que vai acontecer com esse policial, esse bombeiro militar que tomar tiro fora do estado? Hoje, o Planserv é dito e notório só atende aqui no estado da Bahia, nos limites do estado baiano. Da mesma forma, não está previsto aqui no consórcio o que vai acontecer caso o policial militar venha a falecer no estrito cumprimento do dever legal no estado do Ceará. Quem é que vai arcar com esses custos de funeral, indenização em caso de invalidez ou morte, e até mesmo caso esse policial venha a sofrer algum tipo de dano ou qualquer doença?

Temos aqui um exemplo recente. Foram enviados, inclusive autorizados por esta Assembleia Legislativa, 28 bombeiros militares para o estado de Minas Gerais por conta do que ocorreu em Brumadinho, aquela tragédia que aconteceu naquele estado. Resultado: aqueles 28 bombeiros militares já estão de volta à Bahia e não foi dito pela imprensa, mas eu vou dizer aqui, agora, nesse momento. Os 28 bombeiros militares que hoje já se encontram no estado da Bahia, todos eles encontram-se nesse momento com o sangue contaminado com ferro, com chumbo, com enxofre e outros tantos minerais que não foram ainda identificados. E por conta do atraso e da falta de competência da gestão do governo da Bahia em relação ao Planserv, estão sem

atendimento. Nenhum deles tem conseguido tratamento para as doenças que estão sendo agora identificadas, que estão no sangue desses policiais. Como é que fica? Se o estado da Bahia, através do Planserv, não está conseguindo atender as demandas desses bombeiros militares, imagine se um policial lá no Ceará, em Alagoas, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, vier a tomar um tiro. Hoje, o Planserv cobre malmente aqui no estado, imagine se esse policial vier a ser ferido lá fora.

Então, estamos cobrando do governo do estado e aqui dos seus defensores onde é que está escrito no consórcio, se foi feita apólice, se foi feito aditivo garantindo a esses policiais, bombeiros militares a devida proteção e respaldo para que eles possam agir.

Sabemos inclusive que o policial militar não tem competência legal, formal para agir fora do estado da Bahia. Ele tem, sim, o direito à posse e ao porte de arma de fogo em todo o território nacional, mas não tem legitimidade, ele vai responder juridicamente por ações que venham desempenhar fora do seu estado. Aí eu pergunto mais uma vez: quando é que esse policial militar, quando é que esse bombeiro militar vai ter garantida a sua assistência jurídica gratuita? É muito fácil para o governo do estado mandar policial militar, bombeiro militar para outro estado, mas na hora que ele der um tiro lá, se envolver numa ocorrência e for julgado pela justiça o estado não oferecerá, sequer, sequer, assistência jurídica gratuita. Estão representando o estado, trabalhando em nome do estado para defender o estado e na hora que se envolvem numa ocorrência o estado os esquece.

Então, não está aqui no contrato, não está aqui nesse presente convênio o que é que vai ser feito com relação aos policiais, bombeiros militares, que serão empregados nesses estados. Da mesma forma que não está previsto aqui, diferentemente... e aí é muito bonito falar do consórcio. Mas hoje já existe um planejamento federal no que tange ao apoio de tropas em outros estados. E de que forma era feito antigamente? A Polícia Militar da Bahia, há anos ajuda outros estados que têm sofrido grave violência. E qual o procedimento que tem sido adotado? O Estado da Bahia libera policiais militares e bombeiros militares para serem encaminhados para a Força Nacional. Esse é o protocolo. Os policiais que vão atuar em outro estado são encaminhados para a Força Nacional de Segurança, lá eles são capacitados, são treinados e uma vez equipados são enviados, através de uma norma federal, para que, aí sim, respaldado em lei, juridicamente possam intervir em outro estado. Esse presente convênio não fala absolutamente nada a respeito disso.

Da mesma forma os policiais e bombeiros militares que são empregados através da Força Nacional, têm um plano onde prevê a cobertura, indenização em caso de invalidez ou morte de cem mil reais, para todos os policiais e bombeiros empregados, através da Força Nacional. Aqui na Bahia, pelo contrário, o presente convênio não fala nada sobre isso.

Então, está na hora de questionar o governador e os defensores do governador onde é que está a prerrogativa, a defesa, a ampla garantia de que esses policiais, bombeiros militares, uma vez sendo empregados, havendo ocorrências policiais, e poderá acontecer, uma vez vitimados ou mesmo empregando a força necessária ,

quem é que fará a proteção desses policiais? É a Procuradoria-Geral do Estado? É a Defensoria Pública? O Estado vai custear advogados para essa defesa e a assistência técnica? Nada disso está contemplado.

Então, se os senhores aprovarem da forma que está aqui o projeto, os senhores estarão encaminhando policiais militares e bombeiros militares para o triturador. É muito fácil resolver o problema do estado vizinho, é muito fácil confrontar o presidente Bolsonaro, porque é isso que vocês querem. Instalar um consórcio para dizer que não tem necessidade do poder federal, que querem resolver o problema dos outros estados, mas com isso vocês estão colocando os policiais na vala comum, colocando todos eles em risco, simplesmente para atender interesses partidários e para confrontar o presidente da República.

Então, podem ter certeza, se esse projeto for aprovado hoje e um policial militar, um bombeiro militar for enviado para esses estados e vier a se envolver na ocorrência, vier a óbito, vier sofrer qualquer lesão, eu estarei culpando cada um dos senhores pela omissão, pelo desrespeito e pela desatenção a esses policiais militares. E que fique aqui o aviso, que fique registrado nos Anais desta Casa, porque eu vou cobrar. Nós somos minoria, o projeto vai ser aprovado, mas tudo isso aqui é direito nosso líquido e certo. Não podemos servir de massa de manobra para governo ou para qualquer político.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a deputada Olívia Santana falará por 5 minutos e o restante do tempo o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos a deputada Olívia Santana.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Desculpe, 5 minutos deputada Olívia e o restante deputado Alan Sanches. Então o deputado Alan e depois a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Alan Castro, desculpem, é porque médico e médico a gente às vezes...

O Sr. ALAN CASTRO: Sr. Presidente, Alex Lima, imprensa presente, pessoal do plenário, das Galerias, a todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu vim hoje comentar, Sr. Presidente, uma coisa que eu já venho batendo há muito tempo aqui. A questão, deputado Alan Sanches, da Atenção Básica de Saúde, a baixa cobertura não só em Salvador como em outros municípios que vem interferindo grandemente nas questões de regulação, sobrecarregando os hospitais com doenças básicas que eram para ser prevenidas e acabam se agravando e precisando da regulação.

Tem uma matéria muito interessante aqui, que é do nosso secretário Fábio Vilas-Boas, que ele publicou no jornal *A Tarde* na semana passada, no dia 17 de abril, falando sobre a Atenção Básica à beira do colapso. Eu vou ler para vocês entenderem, deputado Alan Sanches: “*Longe das posições ideológicas, observada a deserção de médicos brasileiros que vieram substituir o programa Mais Médicos já estava anunciada*”. Então a deserção dos médicos brasileiros, expulsaram os cubanos, já estava anunciada.

No fim do ano passado, 8.517 médicos, deputado Alan Sanches, cubanos, deixaram o programa. O governo federal havia informado que todas as vagas haviam sido preenchidas por médicos brasileiros. A verdade é que todos os estudos de fixação profissional já corroboraram essa dinâmica de abandono, inclusive, o recente estudo do Conselho Federal de Medicina, Demografia Médica do Brasil 2018, onde 80% dos médicos recém-formados, que é o perfil do grupo desertor, desejavam ingressar em algum programa de residência médica, e apenas 5 % queriam o programa Mais Médicos.

É comum, deputado Alan Sanches, que boa parte dos médicos queiram atuar em centros especializados, em grandes hospitais, até porque, o curso de medicina ainda é muito elitista.

A prática confirmou o que já vinha sendo observado há 5 anos, uma elevada adesão inicial de médicos brasileiros na reta final da faculdade, mas cujos planos de curto prazo eram outros: cursar residência ou se especializar.

Para além disso, é sabido que os médicos intercambistas atuavam em localidades pouco estruturadas, e muitas delas inóspitas, onde nenhum médico brasileiro queria ir. Foi aí que o nosso presidente Lula e Dilma também decidiram trazer os cubanos, porque eram regiões realmente de difícil acesso, longe dos grandes centros e que os médicos brasileiros não tinham interesse. Mas o presidente Bolsonaro insistiu e mandou os cubanos embora. Então vamos, aqui, ver o resultado.

Não bastando os 1.052 médicos que já desistiram, 40% da perda está concentrada no Nordeste, sobretudo na Bahia. Devemos ainda ressaltar que muitos médicos que permanecem no programa, migraram de municípios com menor infraestrutura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) onde ocupavam vagas por contrato direto municipal, para outros com melhores condições dentro do programa federal.

Então, Srs. Deputados, essa é a situação. Aconteceu que quase 50% das vagas dos últimos editais, conforme levantamento da diretoria de Atenção Básica do estado da Bahia, ratificado pelo estudo Conasems, pelo Conselho Federal de Medicina, determinou um perverso desequilíbrio ao esvaziar regiões como o Nordeste e localidades mais carentes, acentuando ainda mais as desigualdades sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ALAN CASTRO: Para concluir, Sr. Presidente. Salvador, que já tinha uma Atenção Básica deficitária. Hoje, com a saída dos cubanos, e com o não preenchimento das vagas...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan, o tempo de V. Ex.^a está esgotado. Para concluir.

O Sr. ALAN CASTRO: Para concluir, Sr. Presidente. Acabou que Salvador, dos 50% de cobertura, como o deputado Alan Sanches falou, hoje, vai cair para 32% de cobertura.

Então, deputado Alan Sanches, é um absurdo...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado Alan Castro.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) um absurdo, deputado Alan Sanches, V. Ex.^a falar da regulação e dizer que regulação mata, mas o que mata é a falta de Atenção Básica, sobretudo em Salvador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Olívia Santana. A negona da cidade, a cidade da negona. Esse *slogan* aí marcou.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, tribuna de honra, tribuna de imprensa e visitantes que estão aqui assistindo esta sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Por 5 minutos, desculpe.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) eu pedi para fazer uso da palavra por duas razões, presidente. Primeiro para desejar, dizer que nós que sonhamos, defendemos, lutamos por justiça, estamos hoje sintonizados no país, na expectativa de que o Supremo Tribunal de Justiça reveja, reavalie esse absurdo que foi a decisão do TRF4 em relação ao presidente Lula, que essa pena absurda que foi imposta ao presidente Lula, a prisão que foi imposta ao presidente Lula e uma pena de 12 anos... Portanto, a dose é absolutamente exacerbada, além do mérito, porque o presidente está preso por um crime que ele nunca cometeu.

Há um completo descabimento no que diz respeito a sentença que foi dada a partir das ações do juiz Sérgio Moro, que hoje está aberto aí para todo o país que o juiz Sérgio Moro, de fato, teve uma atitude de perseguição ao ex-presidente Lula por interesse político aberto, indisfarçável, e hoje o próprio já deixou até de ser juiz e assumiu posição no governo de Jair Bolsonaro, esse governo nefasto que vem desconstruindo toda a agenda de direitos sociais que foi conquistada na época do presidente Lula e da presidenta Dilma.

Então, eu desejo que a justiça se faça e que esse absurdo, essa aberração jurídica, que é a prisão do presidente Lula, de fato seja refeita, reavaliada e que o presidente tenha, de fato, a possibilidade de ter o julgamento justo pela primeira vez em nosso país.

Quero aqui, portanto, afirmar a defesa da liberdade do presidente Lula, porque só haverá justiça no dia em que o presidente Lula for livre, libertado. Não é uma questão só de ah! porque Lula tem que ter prisão, sair desse cárcere e ir para a prisão domiciliar. Nós queremos a liberdade de Lula, restauração da honra de Lula, que foi violentada por essa verdadeira gang que violentou a Constituição, os princípios da democracia e impôs essa derrota ao povo brasileiro.

A outra questão que me traz aqui, presidente, é um pedido de muita atenção ao nosso secretário Maurício Barbosa, ao secretário da Segurança Pública e toda sua equipe de investigação, em função do assassinato do fundador do grupo gay de Lauro de Freitas, Alessandro Bráulio Matos Fraga, de 32 anos, que era servidor público lá da cidade de Lauro de Freitas, governada pela Moema Gramacho, que foi deputada também desta Casa. Ele era uma pessoa muito querida não só na cidade, mas em todo o movimento LGBT, movimento de luta contra a homofobia, movimento de luta contra o ódio, movimento de luta pela igualdade, movimento que é muito importante neste País se nós quisermos, de fato, que a agenda dos direitos humanos no Brasil seja uma agenda cumprida de maneira plena, necessariamente passa pelo respeito às mulheres lésbicas, aos homossexuais, às mulheres trans., a todo segmento que é parte do movimento LGBTQI+.

Portanto, o movimento gay tem aqui minha total solidariedade eu, como outras e outros, estou aqui também consternada. Quero declarar aqui a minha solidariedade a todos os familiares, aos amigos de Alessandro e fazer esse clamor por justiça, que seja investigado. Foi um crime bárbaro que aconteceu no último dia 16 de abril. O corpo dele foi encontrado no matagal, depois de ele ter saído de um bar que estava confraternizando com amigas, com amigos. E, portanto, nós não podemos deixar esse crime cair num hall de esquecimento. Nós precisamos de justiça.

Há uma forte suspeita de que foi um crime de homofobia, mas não há uma precisão, ainda, porque precisa ter a investigação. Não se sabe se foi homofobia, presidente, ou se foi latrocínio. Nós queremos saber a causa, queremos saber quem foi que matou Alessandro e queremos que a justiça, portanto, se faça. A Bahia perdeu um grande batalhador do movimento de direitos humanos, de justiça e de igualdade.

É isso, presidente.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falará por todo tempo o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Queria saudar o presidente, os demais deputados e deputadas presentes. Eu não ia falar sobre saúde, mas saúde me persegue, a boa saúde.

Mas o deputado Alan Castro traz uns dados, realmente... que eu sempre digo que microfone e papel aceitam tudo. Então pode falar o que for, pode escrever o que for, mas na hora do embate e do debate aí gente pode estabelecer o contraditório, deputado Alan Castro.

Na verdade, me deixa surpreso o posicionamento de V. Ex.^a aqui defendendo os médicos cubanos, o Mais Médicos, da forma que foi feito. Nós sabemos a importância, deputado Jacó, dos médicos, não interessa de onde viessem, para os municípios pequenos. Nós sabemos as dificuldades que os municípios menores têm para conseguir, inclusive pagar esses médicos. Então, para esses municípios foi extremamente importante, deputado Euclides, a participação desses médicos. Mas o que nós, profissionais médicos, questionamos foi a forma equivocada que o governo Dilma Rousseff fez com esse programa Mais Médicos. Porque esses médicos que vieram não tinham o conhecimento da medicação aqui. Não é a mesma medicação aqui no Brasil. Não sabiam, às vezes, passar um antitérmico, deputado Euclides. Depois de vários anos foram fazendo o aprendizado, lógico que são homens e mulheres inteligentes e foram aprendendo, mas passaram por esse processo de adaptação. Mas o que me deixa surpreso é o deputado Alan Castro defender isso. Está parecendo o secretário Fábio Vilas-Boas que era fã de carteirinha do PSDB e depois que virou secretário aconteceu essa mudança de bandeira, essa mudança de princípios do que ele acreditava. Então do tempo que conheço ele, do tempo que ele era um dos diretores do Hospital Espanhol e que a gente sabe onde acabou o Hospital Espanhol, o que aconteceu com o Hospital Espanhol, quando ele era um dos diretores lá. Nós sabemos disso.

Mas me deixou surpreso quando V. Ex.^a diz, eu pedi até para saber, que V. Ex.^a sempre bem informado, eu queria saber quantos médicos cubanos tivemos aqui, no PS de Salvador? Três, quatro, cinco? Isso que a gente precisava saber. Não é essa ausência, essa saída dessa forma, porque eles saíram e nem deixaram que o Brasil... não se preocuparam nesse momento com o estado brasileiro, a Federação do Brasil, não se preocuparam. Simplesmente Cuba disse: Perdeu o poder. Vamos sair agora, porque agora vai vir outro regime.

Eles em nenhum momento se preocuparam.

O Sr. Alan Castro: V.Exa. me concede um aparte, deputado?

O Sr. ALAN SANCHES: Já, já. V. Ex. está inscrito.

Então, não é por isso... ouvi aqui alguém falar... Eu não posso aqui dizer quais são os números, tentei aqui saber quantos. Em Salvador nós temos 3 milhões de habitantes. A gente pode dobrar isso, deputado Euclides, com os que vêm ou até triplicar com as pessoas que passam aqui na nossa capital. Então muito mais do que

isso. Então, não são 15, 10 médicos cubanos que vão fazer essa queda da nossa cobertura do PSF.

Eu já falei aqui, por algumas vezes, a V. Ex.^a, já expliquei com dados oficiais da Secretaria da Saúde que a cobertura chega a 50%, aqui da nossa capital, aqui de Salvador. Por quê? Inclusive o empréstimo que o Banco Mundial deu ao governo do estado da Bahia também essa mesma instituição deu, concedeu, aprovou a nossa capital aqui em Salvador. E um dos pré-requisitos que precisava era justamente a cobertura acima de 47%.

Então, V. Ex.^a aqui pode fazer o seu papel de defensor do governo, seu papel de defensor da saúde do estado, só não pode fazer o papel de trazer dados equivocados.

O Sr. Zó: V. Ex.^a, me concede um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a está inscrito, também.

Então, dessa forma a gente tem que saber estabelecer o contraditório. Trazer as informações oficiais.

Eu já expliquei inclusive que no *site* do Ministério da Saúde se faltar um componente da equipe do Programa da Saúde da Família, ele desaparece. Mas isso não quer dizer que a cobertura deixou de ser feita.

Então, nós sabemos da responsabilidade do prefeito ACM Neto, sabemos da responsabilidade do vice-prefeito Bruno Reis e jamais, jamais em tempo algum deixariam que acontecesse uma desassistência na área da saúde.

Na saúde V. Ex.^a sabe, deputado Alan Castro, que a demanda é extremamente crescente.

O prefeito ACM Neto na sua primeira gestão, após o prefeito João Henrique, em 2012, ele assumiu isso com um patamar de cobertura de 18%, 18. V. Ex.^a, que aqui reclama da cobertura de 50% da capital, ACM Neto pegou com 18%. E V. Ex.^a não traz esses dados aqui e é o secretário Luis Eugênio Portela, indicado pelo PT, com Nelson Pelegrino, inclusive, Walter Pinheiro, que estavam nessa indicação fazendo também e parece que indicaram, se não me falhe a memória, o secretário da Fazenda. Então fizeram a cobertura e deixaram para a nossa capital esse legado de uma cobertura de 18%. E V. Ex.^a reclama de 50%, que nós, em 6 anos, já quase triplicamos essa cobertura da assistência médica.

Com um aparte, o deputado Zó.

O Sr. Zó: Agradecendo o aparte de V. Ex.^a, eu só queria fazer o registro que, em relação aos cubanos, os camaradas cubanos, que quando eles saíram, na verdade, o presidente eleito... Quando Temer assumiu a presidência o programa continuou, mas o presidente eleito primeiro insinuou a condição de profissionais dele, depois prometeu expulsar. Eu, naturalmente, antes de ser expulso... se eu sou anunciado que vou ser expulso de uma casa, eu saio antes para evitar a expulsão.

Então, eu só queria ponderar aqui que os médicos cubanos se retiraram com base nas declarações que foram feitas pelo então candidato a presidente que ganhou a eleição. Então fazer esse registro, porque com Temer, independentemente da posição

política de Temer, o programa continuou e acho que foi uma grande perda para os municípios do Brasil.

As vagas não foram todas preenchidas e as que foram preenchidos os médicos saíram. Então a gente sabia que seria difícil preencher, mas num rompante do atual presidente, a gente acabou prejudicando cidadãos e cidadãs brasileiras que votam em gente da esquerda, que votam em gente da direita, que votam em candidato de várias formações políticas. Então, quem perdeu foi o Brasil e os cubanos saíram porque já estava previsto que o presidente eleito iria tirá-los, então tiveram que sair antes.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a e digo a V. Ex.^a o seguinte: Cuba é tão bom que os transportes e os aeroportos têm que ficar trancados para segurar o povo lá. É tão bom que não consegue democraticamente segurar a sua população e o seu povo, agora sabe sim utilizar, de uma forma extorsiva, os profissionais da saúde dizendo: “você vai ficar com 20% do seu salário, o resto vem para aqui”, porque o que o Brasil fez para mim, naquele momento, foi financiar o governo cubano através da exploração dos profissionais médicos.

Eu quero trazer de novo à V. Ex.^{as}, um questionamento, deputado Rosemberg, porque V. Ex.^a ontem chegou tarde aqui na sessão, chegou após o término. V. Ex.^a com certeza estava em outras atividades, na inauguração de uma obra... Quero justificar, inclusive, que quando eu fiz a questão de ordem V. Ex.^a fez questão de dizer que eu tinha me retirado, mas na verdade foi um pedido. Já sabia que tinha número, que são 21 presentes, eu inclusive dei o quórum e o presidente tinha me chamado aqui. Como já tinha o número necessário para a continuidade da sessão foi por isso que me ausentei.

Mas eu gostaria de fazer um questionamento, não dizer que V. Ex.^a é faltoso, porque nós nos encontramos aqui e V. Ex.^a é extremamente rigoroso, sempre foi. Isso digo aqui, desde a época em que entramos juntos nesta Casa, que V. Ex.^a sempre um homem extremamente presente. Um deputado sempre conciliador e presente. Não por ser Líder. Nem Líder do PT, que já foi, nem Líder do Governo. V. Ex.^a construiu e vem construindo o seu trabalho parlamentar com muito trabalho e presença. V. Ex.^a é um homem presente aqui. Mas, ontem, naquele momento, não estava, quando eu fiz o questionamento. E o questionamento era o seguinte: eu tentei buscar, deputado Rosemberg... Me dirijo a V. Ex.^a, porque V. Ex.^a como Líder... Porque, ontem, ninguém soube me informar... O Hotel Riverside, que foi dito, ali na Estrada do Coco, que foi comprado... Inclusive depositado o dinheiro, na entrevista que o secretário fala... Eu tentei buscar para saber qual a quantidade de leitos que teremos, porque a gente sabe a quantidade de quartos. Poderemos, a depender do projeto, saber a quantidade de leitos. Qual foi o valor pago? Não acho em lugar nenhum, mas já foi depositado. Ele afirmou que foi depositado. Então, a transparência do governo Rui Costa deixa a desejar, porque não existe em lugar nenhum...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a informação sobre o que o secretário dá em sua entrevista. Inclusive, com sua tolerância, deputado Alex, eu gostaria de dizer o seguinte: o secretário já lançou aqui alguns balões de ensaio. Ele lançou: “A Bahia há 4 anos atrás...”. Tem 4 anos

que aqui, V. Ex.^a deve estar lembrado, disse que ia ser agora a maior produtora de prótese do Brasil. Quatro anos se passaram e eu já questionei algumas vezes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quantas próteses de quadril e joelho foram produzidas na Bahia. E a resposta é: depois de 4 anos, zero. Zero, a Bahiafarma produziu. Será que esse hotel que vai ser transformado...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Porque eu quero saber de quem era esse hotel. Qual o tamanho desse hotel? Qual o investimento que será feito? Por quanto foi comprado? Porque em lugar nenhum está escrito e discriminado. Não há transparência. Então, para que eu possa exercer a minha função de deputado, eu quero fiscalizar o governo, para saber...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) de que forma poderemos ajudar esse governo. E não acho. Não consegui encontrar em lugar nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Agradeço.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ordem do Dia. Em discussão única e votação Projeto de Lei 23.065/2019, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE e (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a está querendo iniciar um processo de votação?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ordem do Dia. Vou ler. Estou lendo.

O Sr. Alan Sanches: Está lendo o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): A Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Por que se for entrar em votação, eu vou querer a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria que marcasse o tempo regimental e chamasse todos os deputados para atender o quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): É no âmbito das comissões, deputado Alan.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: No âmbito das comissões. Então, são 15 minutos...

O Sr. Alan Sanches: Qual o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Projeto de Lei do Ipraj, de número 23.065/2019.

O Sr. Alan Sanches: Que não tem parecer das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Não tem parecer das comissões.

V. Ex.^a pediu verificação de quórum de votação...

O Sr. Alan Sanches: Nas comissões naturalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): No âmbito das comissões. O.k.

Peço que marquem os 15 minutos.

Faremos a chamada da Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Quatro deputados.

Vou chamar outra comissão, depois a gente retorna com a Comissão de Constituição e Justiça.

Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à verificação no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Comissão de Constituição e Justiça, farei a chamada mais uma vez.

(O Sr. Presidente procede à verificação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. **(Parecer favorável, relatado pelo Deputado Alex Lima no âmbito das Comissões conjuntas na 5ª Sessão Extraordinária do dia 16/4/2019, com pedido de vista do Deputado Tiago Correia)**

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.065/2019, de autoria do Poder Executivo. Sr.^{as} e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só para eu entender aqui a dinâmica da coisa, deputado, uma questão de ordem.

V. Ex.^a está colocando para votação nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Já votou nas comissões, foi aprovado. Está se colocando em plenário para votação.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Então, eu quero verificação de quórum de votação no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido com muito prazer.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Lula Pinto, com certeza mais contente aí com o STJ reduzindo a pena do presidente Lula e reconhecendo o erro por parte do setor Judiciário.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria aproveitar esta questão de ordem para dizer que entendo que o ex-presidente Lula é um preso político inocente. Não há nenhum argumento, para 98% dos juristas brasileiros, de que possa ter cometido algum erro e condenado. Mas é lógico que num país onde a gente tem como presidente Jair Bolsonaro, tudo pode, tudo é possível.

Então eu quero dizer que não resolve o problema, mas não posso deixar de reconhecer que a decisão do STJ em reduzir a pena do ex-presidente Lula é uma demonstração inequívoca de erro do Judiciário. Se o Judiciário erra na temporalidade, erra no mérito! Isso eu quero deixar registrado, mas entendendo que já é um avanço para que a gente possa conquistar a liberdade do ex-presidente Lula.

Mas neste momento, Sr. Presidente, atendendo a um chamamento do deputado Alan Sanches no pedido de quórum, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes, porque nós vamos precisar de 32 Srs. Deputados e Deputadas nesta Casa para votar quatro projetos, inclusive um do deputado Euclides Fernandes que está na Ordem do Dia. E quero pedir a presença, para que nós possamos votar esse projeto aqui.

Por isso eu queria, Sr. Presidente, solicitar a V. Ex.^a que marcasse 25 minutos, fizesse o chamamento nominal dos diversos deputados, para atender a essa solicitação do deputado Alan Sanches.

Aproveitando, deputado Alan, só para responder vosso questionamento, na realidade, aquele hotel, lá em Lauro de Freitas, foi um financiamento feito pelo Desenhahia, e houve por parte do empreendedor dificuldades do ponto de vista de honrar os compromissos. Então a Desenhahia é uma instituição de fomento e de financiamento, e o governo do estado da Bahia, como seu acionista majoritário, o recebeu e transformou aquilo ali em um equipamento. Ou será transformado na sua totalidade num equipamento para atender a população na área da Saúde. É nesse sentido que houve a apropriação, por parte do governo do estado, de um financiamento do Desenhahia, em que seu empreendedor acabou, por motivos particulares, não honrando o compromisso.

Mas eu queria voltar a palavra ao presidente, solicitando que convocasse todos os deputados nominalmente, marcando o tempo regulamentar, regimental, de 25 minutos.

(O deputado Nelson Leal assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Pela ordem o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, eu gostaria de...

O Sr. Alan Sanches: Presidente, presidente, pela... só para tentar aqui entender. Eu pedi uma verificação de quórum, quórum de votação. Fui contraditado, já nesse momento, pelo deputado Rosemberg. Tem que abrir o tempo para contar. Antes de abrir o tempo que V. Ex.^a com certeza pode permitir ao deputado Marcelino Galo, inicialmente precisa abrir o tempo, porque eu também quero nesses 15 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vinte e cinco, vinte e cinco.

O Sr. Alan Sanches: (...) fazer o contraditório. Mas tem que abrir o tempo para depois poder dar a questão de ordem do deputado Marcelino, porque eu já fui contraditado na minha questão pelo deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., V. Ex.^a será atendido.

Deputado Marcelino, deixa só eu abrir o tempo, depois dou a palavra pela ordem.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Alan “Chances” e... Ô! (Risos) Sanches e o deputado Rosemberg Pinto. Eu convido a todos os deputados aqui presentes, no cafezinho, em seus gabinetes, enfim, que estejam em quaisquer das dependências da Assembleia, que se façam presentes aqui no plenário, onde há um pedido de verificação de quórum, formulado pelos deputados Alan Sanches e Rosemberg Pinto.

Pela ordem o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo: Sr. Presidente, agradeço a concessão do deputado Alan “Chances”, (risos) que ajudou a me conceder essa questão de ordem. Mas o deputado fica muito nervoso quando fala da saúde de Salvador, e acho que o que ele falou ali da tribuna não corresponde à realidade. Na verdade, o deputado Alan cometeu ali uma grande ingratidão. É um reconhecimento nacional você chegar em qualquer

interior e ver a tristeza com que o povo ficou com a saída dos médicos cubanos. Então pela primeira vez eu vi um médico dizer que os médicos cubanos não sabiam receitar um antitérmico. Isso é uma injúria, porque o deputado Euclides, que conhece o interior da Bahia, sabe qual foi a importância desses médicos. Então o nosso povo, ele ficou foi triste pela saída.

O outro que fez aquelas declarações todas, hoje acabou com o Mais Médico. O Mais Médico não existe mais, porque os médicos que se inscreveram desistiram do programa. E quem pagou por essa realidade foi, justamente, o povo mais pobre, que precisava de atendimento e que tinha naqueles profissionais cubanos o atendimento da melhor qualidade, o atendimento digno, onde ali se historiava toda a saúde das famílias, onde os médicos, preocupados, conversavam com o paciente, e o pobre, assustado, por nunca ter visto aquilo, às vezes até, deputado Alan, se curava por se surpreender por um atendimento tão humanizado.

E quero dizer a V. Ex.^a que hoje, nos Estados Unidos, a classe média empobrecida vai procurar tratamento em Havana, porque é muito mais barato. E se o senhor for na Flórida, em Orlando, nos Estados Unidos, vai ver ali que o serviço médico de enfermagem, de médico é todo também feito por médicos cubanos.

Então, se pode falar de tudo, mas a saúde em Cuba é a que mais avançou no mundo. Não morre uma criança lá por falta de tratamento para a desnutrição. Então, não vejo o porquê. Vejo que o senhor ficou um pouco nervoso, que falou de Salvador, mas tenha paciência. O que o senhor falou aqui peço que o senhor faça a reparação, porque o senhor fez uma crítica dizendo... Uma crítica, não! Na verdade, eu entendo como uma acusação, dizendo que os médicos que desempenharam esse papel tão importante no interior do nosso país não sabiam receitar um antitérmico. Isso é muita arrogância, isso não corresponde à realidade.

Por isso, aproveito aqui para convocar todos os deputados. Vamos agora votar um projeto muito importante, em que o governador Rui Costa deseja que seja ratificado aqui o convênio que fez com o governo do Ceará, que também, de forma muito solidária, atendeu a uma necessidade premente de segurança pública naquele estado. Ele como estadista fez isso muito bem e precisa que os deputados desta Casa façam a ratificação, tanto do consórcio, que é uma inovação nunca vista neste país... E precisa da presença de todos os deputados neste plenário para que a gente possa votar.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu vi aqui, não foi nem uma questão de ordem. Foi uma defesa. E acho que essa palavra... Só porque eu faço o trabalho de oposição, o trabalho que a população me credenciou para fazer, eu sou tratado aqui – ontem pelo deputado Alex Lima e hoje pelo deputado Marcelino – de arrogante. Eu trago fatos e eu acredito no que eu digo. Quando os médicos cubanos – para que V. Ex.^a abra bem esse orelhão de V. Ex.^a –, quando os médicos cubanos chegaram aqui tinham dificuldade, sim, na prescrição da forma brasileira, porque não sabiam, não tinham conhecimento. E isso é conhecido e sabido por todos, deputado Marcelino Galo. Eu

não estou descredenciando o profissional, que é um profissional que foi usado pelo governo cubano para financiar Cuba. V. Ex.^a sabe disso. V. Ex.^a pode adorar Cuba. Eu não estou falando da belíssima ilha que Cuba é. Mas eu estou falando do tratamento, que é tão bom que as pessoas não podem sair de lá. As pessoas não têm a permissão do governo cubano para poder sair. Inclusive, eram assaltados nos seus salários, porque quem estava trabalhando aqui eram eles. E sabe o que que os municípios faziam? Tinham que complementar, deputado Euclides, porque tinham pena da forma que eram tratados pelo seu país de origem, Cuba. Inclusive, o presidente Bolsonaro... V. Ex.^a sabe disso, o deputado Zó, que falou também, sabe que o presidente, o atual presidente da República... O deputado Marcelino está pedindo aqui para cortar o meu microfone.

O Sr. Zó: Um aparte, Excelência.

O Sr. Alan Sanches: Deu inclusive...

O Sr. Zó: Presidente, um aparte.

O Sr. Alan Sanches: (...) asilo...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente. O deputado Alan Sanches... Não fez sua questão de ordem, deputado? V. Ex.^a pediu a questão de ordem, esclareça.

O Sr. Alan Sanches: O professor José Raimundo, da *Escolinha do Professor Raimundo*, que é o presidente da comissão, muito bem dirigida...

(Intervenção fora do microfone.)

É. Eu queria pedir a Geraldo, da Secretaria, Geraldo, aqui, ou então a Carlinhos, que fornecesse ao presidente da CCJ um livro do Regimento Interno desta Casa, aqui...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu sei de cor e salteado. Eu quero que V. Ex.^a formule a questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Só um minuto. Eu estou numa questão de ordem aqui, não é permitido nem aparte nem debate ao mesmo tempo. Mas eu queria que o secretário da Mesa, Carlos Machado, encaminhasse ao gabinete do deputado de terceiro mandato, Zé Raimundo, um Regimento Interno desta Casa. Ele, como presidente, tenho certeza, se equivocou quando me fez esse questionamento. Eu tenho 5 minutos, eu tenho 5 minutos para que eu possa fazer a minha questão de ordem. Primeiro, eu estou fazendo aqui, contraditando o que me foi, nessa questão de ordem... Estou aproveitando os meus 5 minutos, apenas para esclarecer uns pontos em que fui acusado indevidamente pelo deputado Marcelino Galo, que eu tanto prezo.

Mas eu sei que V. Ex.^a fez apenas para me distrair, deputado Zé Raimundo, porque V. Ex.^a conhece esse Regimento de frente para trás, de trás para frente. Inclusive já me ensinou muito. O livro que eu estou lhe dando é apenas em resposta à brincadeira que V. Ex.^a fez comigo. E, nesses 5 minutos, deputado presidente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Foi restabelecido o quórum.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Esclarecido, Marcelino? Esclarecido... (risos)

O Sr. Robinson Almeida Lula: O deputado não aproveitou a sua segunda chance.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há quórum. Há quórum de votação.

Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Quer orientar a Bancada, deputado?

O Sr. Alan Sanches: Gostaria.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., pode encaminhar!

O Sr. Alan Sanches: Esse projeto já foi debatido em nossa Bancada, e sabemos da importância e da justiça que vai se fazer agora justamente com esse projeto. A Bancada da Oposição votará “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: A Bancada do Governo também vota “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o projeto de Lei nº 23.065/2019, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 23.065/2019

Altera a Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 2º e o art. 16 da Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Todos os bens de propriedade do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ reverterão ao patrimônio do Estado da Bahia, de acordo com o disposto no § 2º do art. 5º da Lei nº 4.384, de 06 de dezembro de 1984, e, após inventário, ficarão sob a administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.” (NR)

“Art. 16 - Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça representar o Estado da Bahia nos atos relativos à aquisição, alienação e outros concernentes a bens imóveis pelo Poder Judiciário.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o requerimento de prorrogação da sessão pelo tempo de 60 minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.155/2019, de procedência do Poder Executivo, que ratifica (Lê) “(...) *o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado*

do Ceará”.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixe só eu concluir, deputado Alan. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo como relator o deputado Zé Cocá.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Queria uma verificação de quórum no âmbito das Comissões.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Assim que terminar a leitura do relatório do deputado Zé Cocá, nós colocaremos...

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Queria só contraditar o deputado Alan, para contar o tempo regimental para a conferência...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixa terminar. Assim que terminar a gente reabre para fazer as...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Cocá.

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde a todos e a todas. (Lê)

Parecer

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento,

Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.155/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará.’

Encaminha à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, visando ‘ratificação do Protocolo de Intenções Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, celebrado entre o Estado da Bahia e os Estado do Maranhão, Pernambuco, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Nordeste’, segundo afirma o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, na qual registra ainda que a proposta ‘intenta, também, à ratificação do Convênio de Cooperação celebrado pelo Poder Executivo com o Estado do Ceará, com o objetivo de empregar contingente de Policiais Militares no restabelecimento da ordem e paz social após grave evento sofrido pelo referido ente federativo.’

A instituição do Consórcio fundamenta-se na possibilidade de propiciar aos Estados signatários:

- Ganhos de escala na contratação de serviços e bens e nas ações em geral realizadas em conjunto pelos entes consorciados;*
- Acesso a informações e ao know-how entre os Estados, propiciando troca de experiência mais efetiva, aprendizado em ciclo mais curto e o compartilhamento de boas práticas;*
- Melhor compreensão e encaminhamento das necessidades e agendas políticas regionais;*
- Fortalecimento das capacidades dos entes consorciados com a fusão de recursos e desenvolvimento de sinergias;*
- Estabelecimento de ente capaz de figurar como catalizador para o estabelecimento de parcerias;*
- Ampliação de redes colaborativas entre os Estados;*
- Promover inovação a partir da ligação de setores com uma maior coordenação e coerência.*

A proposição elenca ainda as finalidades do Consórcio, nas diversas áreas de atuação do Poder Público, em especial:

I. desenvolvimento econômico, com elaboração e realização de ações conjuntas que proporcionem a ampliação da produção industrial e promovam a competitividade; o desenvolvimento de políticas e ações conjuntas para: a ampliação da produtividade da pequena, média e grande propriedade rural, bem como da agricultura familiar, ampliação da exploração e produção mineral da região, o desenvolvimento do turismo, o desenvolvimento do setor da construção civil e o desenvolvimento imobiliário, o desenvolvimento da economia criativa e o desenvolvimento dos setores de petróleo, gás, naval e de energias renováveis, petroquímica e complexo industrial da saúde;

II. na infraestrutura, o desenvolvimento de projetos de integração para a região e inserções nacional e global, além da definição de ações que possam fomentar as atividades correlatas, em especial nas áreas de logística, saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana, infraestrutura energética, infraestrutura hídrica, infraestrutura de comunicação, inclusive mediante a constituição de fundos para a estruturação, o financiamento e a garantia de projetos;

III. na ciência tecnologia e inovação, a elaboração de políticas que proporcionem o desenvolvimento científico e tecnológico da região nordeste, em especial na articulação e desenvolvimento de seus polos e parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras, startups e inserção em redes globais, com destaque para as áreas de biotecnologia, tecnologias digitais, smarteities, energias renováveis, internet das coisas, desenvolvimento de novos materiais, tecnologias limpas e inteligência artificial;

IV. no desenvolvimento social, na área da saúde, aquisição centralizada e ou compartilhada de medicamentos, equipamentos e materiais de saúde, gestão de serviços, em especial hospitais e laboratórios regionais, desenvolvimento e implantação de tecnologias digitais e inovação em saúde, prontuários eletrônicos e compartilhamento de estruturas, dados e sistemas; gestão compartilhada e associada de transporte sanitário, integração de sistemas de vigilância sanitária, qualificação do trabalho e formação profissional em saúde; na área da educação, no compartilhamento de experiências de gestão e ações compartilhadas nas escolas de tempo integral, avaliação de desempenho escolar, educação profissional, universidades públicas, capacitação de professores e gestores educacionais, metodologias e pedagogias inovadoras, novas mídias educacionais, intercâmbios; na área da cultura, a preservação, documentação, fomento e difusão do patrimônio cultural do Nordeste e gestão cultural; na área da assistência social e direitos humanos, a promoção da igualdade racial e de gêneros, a articulação e ações conjuntas junto às Cortes Internacionais de Direitos Humanos, a promoção e defesa das pessoas com deficiência, a segurança alimentar e ações de convivência com a seca, a proteção e defesa da criança e do adolescente. A proteção, promoção e defesa do idoso, a promoção do trabalho, renda, empreendedorismo, microcrédito e economia solidária;

V. na segurança pública e administração penitenciária, as ações coordenadas, articuladas e compartilhadas dos Estados do Nordeste para efetiva implantação da Política Nacional e Regional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei Federal 13.675/2018); a coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos e instituições de segurança pública dos Estados nas fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, o fomento a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes nos Estados do Nordeste; o apoio mútuo nas ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos , entre outras ações;

VI. no meio ambiente, o aprimoramento do licenciamento ambiental e o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável da região; a promoção da educação ambiental, a realização de estudos e pesquisa ambiental conjuntos, planejamento e promoção da socioeconomia da biodiversidade, a revitalização de rios e mananciais, a gestão de bacias hidrográficas, os estudos sobre indicadores e monitoramento ambiental, as ações de preservação dos biomas, a promoção, defesa e proteção dos povos indígenas, as ações para a preservação oceânica e planejamentos da socioeconomia do mar, ações conjuntas no âmbito das mudanças climáticas.

VII. no desenvolvimento da gestão, o compartilhamento de conhecimento, ações saberes, boas práticas e sistemas nos campos da gestão fiscal e previdenciária, gestão de ativos imobiliários, governança, gestão de riscos e gerenciamento de projetos, financiamento ao investimento, desenvolvimento de servidores públicos e Escolas de Governo, Governo Digital, Inovação e Tecnologia da Informação, transparência, Governo Aberto e Democracia Participativa, Inteligência Governamental, gestão jurídica, empresas estatais, planejamento integrado, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas.

VIII. na articulação político, jurídica institucional, o compartilhamento e alinhamento de ações na defesa dos interesses dos Estados no âmbito do Poder Judiciário, em especial nas Cortes Superiores; no que concerne a ações estratégicas de interesse dos Estados do Nordeste, a articulação e coordenação no que concerne aos temas tributários, fiscais e previdenciários, entre outras ações;

IX. no desenvolvimento da comunicação pública e estatal, o compartilhamento de conhecimento, ações, saberes, boas práticas e sistemas nos campos da transparência, prestação de contas, escuta e participação social, governo aberto, acesso e acessibilidade de dados e informações.

A estrutura do Consórcio compõe-se da Assembleia Geral, integrada pelos Governadores ou que for por estes indicados, da Presidência, obrigatoriamente exercida por um dos Chefes do Poder Executivo, destituível a qualquer momento pela Assembleia Geral, da Secretaria Executiva, a ser exercida por um empregado público, indicado pelo presidente e homologado pela Assembleia Geral e demissível ad nutum por ato do presidente, do Conselho Consultivo, órgão permanente, de natureza colegiada, tendo, entre seus integrantes, assegurada a participação de representantes da sociedade civil, a qual deverá contemplar, pelo menos: os movimentos sociais, populares e de moradores; trabalhadores, por suas entidades sindicais; empresários, por suas entidades classistas; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, e organizações não governamentais.

O Consórcio, para seu funcionamento, poderá contratar empregados públicos por prazo determinado ou indeterminado, bem como ser integrado por servidores cedidos temporariamente pelos entes associados.

Também cabe aqui referência à gestão associada dos serviços públicos remunerados ou não pelo usuário, referentes ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos do contrato de programa, à prestação de serviços públicos

interessadas. A autonomia dos entes federativos consorciados é sempre garantida, sendo a retirada de qualquer destes permanentemente assegurada, dependendo apenas de sua vontade, e sendo vedada a concessão de qualquer incentivo para sua permanência.

Por fim, cabe também menção à aprovação, através da presente proposição, do Convênio de Cooperação entre os Estados da Bahia e do Ceará, vigente entre os dias 5 e 20 de janeiro deste ano, objetivando “o emprego de contingentes de Policiais Militares do Estado da Bahia em apoio às forças de segurança do estado do Ceará na consecução das atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tendo em vista a excepcional situação motivada por ataques sistemáticos de facções criminosas no referido Estado, mediante a disponibilização de efetivo policial com vistas ao enfrentamento da criminalidade através de policiamento ostensivo e de outras atividades inerentes à função policial militar”, conforme dispõe a Cláusula Primeira do termo de Convênio.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como o seu caráter grandemente meritório, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado, querido deputado, Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu já tinha feito antes, justamente para que V. Ex.^a... sei de sua conduta lícita, legal e retilínea...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, a palavra está com V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: (...) e já tinha, para que V. Ex.^a... acho que V. Ex.^a se esqueceu. Antes da leitura do parecer, eu já tinha solicitado a verificação de quórum no âmbito das comissões. Então, sendo assim, só para lembrar.

E agora, no momento oportuno, solicito a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a pudesse marcar os 15 minutos e fazer uma votação nominal, atendendo ao nosso querido deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendido.

Mas, antes de abrir o tempo regimental de 15 minutos, queria solicitar ao deputado Alan Sanches, que está no exercício da Liderança da Minoria, e ao deputado Rosemberg Lula Pinto que cada um dos líderes indicasse três membros de cada uma das bancadas para nós avançarmos amanhã nos projetos dos limites, que estão na Comissão de Divisão Territorial. É fundamental que a gente consiga chegar ao maior número possível de consenso, porque nós temos prazo legal. É fundamental que amanhã a gente faça a triagem necessária e que, assim que terminar os trabalhos na Comissão de Divisão Territorial, a gente traga para o Plenário. Tenho certeza absoluta que é um desejo dos dois Líderes dispensar as formalidades para nós tentarmos, inclusive, fazer as votações amanhã aqui, no Plenário.

Quero marcar o horário regimental de 15 minutos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, antes disso, eu queria sugerir já, aqui, de prontidão,... o deputado Osni é o presidente da comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- O deputado Osni já faz parte, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já faz parte.

Então, que o deputado Vitor Bonfim, o deputado Zó e o deputado Zé Raimundo, que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, possam estar presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, V. Ex.^a já quer indicar os membros?

O Sr. Alan Sanches: Não.

Eu gostaria só de trazer à baila aqui um questionamento a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Nós somos aqui, nesta Casa – eu entendo a preocupação de V. Ex.^a –, apenas 18 deputados. E o Líder da Minoria, Targino, nos deixou a orientação para que seguisse todo e qualquer rito desta Casa, sem dispensa de formalidades. Eu, conversando com V. Ex.^a no bastidor, pedi que V. Ex.^a... porque nós precisamos, enquanto Minoria, somos 18, homens e mulheres qualificados, manter a coesão e unidade, e coesão e unidade só com uma única voz. E, sendo assim, a orientação que tivemos, e concordamos, é que na ausência se mantivesse os ritos regimentais da Casa.

Eu solicitei, e não quero, absolutamente, prejudicar nenhum cidadão baiano, absolutamente nenhum, deputado... mas eu solicito a V. Ex.^a que, como presidente desta Casa, entre em contato com o Líder, porque nós conhecemos o que é união e o que é desunião. Como somos apenas 18, homens e mulheres, como eu disse, extremamente qualificados e unidos, não serei eu e não será o deputado Paulo, que está aqui ao meu lado, e estávamos conversando sobre isso, que teremos algum sinal de desunião, nem de desarmonia da nossa Casa, nem da nossa Bancada.

Sendo assim, indicarei os nomes, se tiver, realmente, junto com Paulo, que será um dos nomes, que, juntamente comigo, é da CCJ. Paulo será o indicado, mas preciso da anuência do Líder. Porque queremos, eu e Paulo Câmara, que estamos aqui já discutindo esse assunto, manter a harmonia e a unidade de nossa Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a está corretíssimo. Inclusive, nós estávamos conversando há pouco e iríamos, juntos, entrar em contato...

O Sr. Alan Sanches: Só o painel. Abriu a contagem, mas não abriu o painel. A contagem abriu, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou pedir para zerar, porque nós estamos aqui discutindo. Eu não comecei ainda a fazer a chamada nominal. Eu peço que zerem. Em breve abrirei o tempo da contagem.

Mas, deputado Alan, nós estávamos há pouco conversando, e eu também comungo com o seu pensamento. Eu só peço que V. Ex.^a, por uma questão de agilizar, designe os três membros da Oposição. Na questão da votação no Plenário amanhã, nós só iremos fazer se, por acaso, for um acordo que envolva também o Líder Targino Machado. Eu quero convidá-lo para nós, juntos, entrarmos em contato, eu, V. Ex.^a e o deputado Paulo Câmara.

Nós iremos colocar a gravidade e a necessidade de evolução dessa situação. E tenho a certeza absoluta que nós vamos chegar a um acordo, mas prevalecendo sempre esse discurso de união que V. Ex.^{as} têm e que todos nós compreendemos.

Pode, inclusive, contar comigo. Mas nós vamos fazer o possível para tentar resolver essa situação.

Vamos zerar o painel e fazer a chamada dos Srs e Sr.^{as} Deputadas das comissões. Por favor, marquem os 15 minutos regimentais.

Comissão de Constituição e Justiça.

(Procede-se à chamada para a verificação de quórum.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu estava entretido com o discurso de V. Ex.^a e também querendo tentar resolver o problema do deputado Alan Castro. Quando V. Ex.^a começou... V. Ex.^a nem anunciou! Porque o deputado Paulo Câmara, já que eu solicitei a verificação de quórum no âmbito das comissões, prefere se ausentar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu acato.

O Sr. Alan Sanches: Já deu quórum? Se na CCJ tiver cinco sem o deputado Paulo Câmara, tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tem cinco. Zé Raimundo, um; Alan Sanches, dois; Antônio Henrique, três, Vitor Bonfim, quatro; Robinson, cinco; e o deputado Euclides Fernandes, seis. Tem mais do que...

Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

(Procede-se à chamada para a verificação de quórum.)

Há quórum na comissão.

Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

(Procede-se à chamada nominal.)

Há quórum.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(Procede-se à chamada nominal.)

Há quórum.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(Procede-se à chamada nominal.)

Há quórum nas comissões.

Em votação o parecer do relator. Os Sr.^s Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.155/2019, de procedência do Poder Executivo.

Para discutir o nosso prezado....

O Sr. Alan Sanches: Estamos inscritos para discutir. Eu já fiz a inscrição. V. Ex.^{as} vão permitir que eu fale?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Cem por cento. A sua voz está...

O Sr. Alan Sanches: Até a voz da Oposição V. Ex.^{as} querem calar?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não. Ninguém quer calar a voz de ninguém aqui. V. Ex.^a está inscrito e tem até 20 minutos para fazer as suas considerações sobre o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, eu acho que sou o primeiro inscrito. O deputado Luciano Simões pediu a inscrição também, me parece. Não pediu a inscrição, não, deputado? O deputado Luciano Simões pediu a inscrição; e o deputado Capitão Alden, da mesma forma.

Bem, Sr. Presidente, primeiro, eu queria questionar ao deputado Líder do Governo apenas a forma de estar novamente passando por isso, deputado Rosemberg, por essa forma de estar votando os projetos oriundos do governo. Sempre nesta Casa nós questionamos essa forma açodada de votar os projetos.

Eu, com o pedido de urgência de V. Ex.^a, questionei ao secretário da Mesa se o parecer tinha sido publicado. Eu sei que eu não sou um homem dos mais inteligentes, mas também tenho certeza de que não sou dos menos. Eu, que já alisei os bancos da universidade, que já fiz pós-graduação, já fiz diversos cursos, não tive a capacidade de V. Ex.^{as}, que estão no Plenário e participam dessa votação, de entender o parecer apenas com essa leitura de uma, duas, três, quatro, cinco, seis laudas, de apenas com a leitura entender o parecer. Esse parecer não foi publicado, eu não tive acesso a ele. Eu tive acesso aqui, quando o deputado Zé Cocá leu o seu parecer.

Eu gostaria de questionar se alguém nesta Casa tem entendimento sobre esse parecer para votar o parecer, aprovar o parecer, aprovar o projeto sem conhecimento do parecer. Isso não tem lógica. Isso foge à minha inteligência de entendimento para

que a gente pudesse votar alguma coisa de responsabilidade para todo cidadão do estado da Bahia, votando com conhecimento de alguma coisa.

Não há nesta Casa, tirando o próprio deputado Zé Cocá... eu quero acreditar que foi o deputado Zé Cocá que fez o parecer, ou sua assessoria. Não sei se ele realmente compreendeu tudo que leu nessas seis laudas. Eu não tive a condição e a capacidade de acompanhar e entender, deputado Euclides. Porque às vezes você escuta, mas não consegue entender seis laudas lidas aqui de uma forma única, sem estar em lugar algum, sem ter sido distribuído a nenhum deputado, para que a gente pudesse ter o entendimento. Talvez só a ligeireza e a inteligência das nossas taquígrafas possam dizer o que há nesse parecer, porque eu não sei!

O que eu entendo é que é uma manobra que o Sr. Governador faz para tentar justificar uma coisa completamente equivocada que ele fez, querendo aparecer para o cenário nacional, encaminhando 100 policiais para o estado do Ceará sem ter... Eu não tenho absolutamente nada contra, inclusive já fiz alguns cursos lá no Ceará, tenho amigos lá no Ceará, mas não cabe ao estado da Bahia prover e dar assistência, em qualquer coisa que seja, ao estado do Ceará.

Eu acho que foi uma forma do Sr. Governador aparecer, de dizer: “Olha, eu sou o bom gestor daqui, do Nordeste, do Brasil”. Mas não é, não é a realidade que nós estamos vivendo aqui, no estado da Bahia.

Então, deputado Rosemberg, o que eu peço a V. Ex.^a é que – eu já disse numa fala anterior aqui da sua forma cordial, educada, democrática de trabalhar neste legislativo – não queira, com seus 45 deputados, atropelar a nossa pequena, extremamente aguerrida e qualificada oposição, a nossa Minoria aqui.

Por isso que o deputado grandioso, cubano, Marcelino Galo, não irá, de forma alguma, me amedrontar tentando me qualificar como arrogante, o que sei que não sou. Mas sei também no que acredito e continuarei defendendo aqui, deputado Marcelino, que já foi por seis vezes a Cuba, por isso a defendeu veementemente, e andava com aquela boina bonita de Che Guevara.

Quero lembrar de um amigo de V. Ex.^a que dizia: vamos ser duros, mas sem perder a ternura. Então, a nossa oposição será sempre dura e aguerrida, mas jamais arrogante. Sempre manteremos a nossa ternura com V. Ex.^a e com todos nesta Casa.

Dito isso, eu queria trazer, mais uma vez, o questionamento ao Líder da Oposição que fala, mas não fala, explica, mas não justifica. Quando ele tenta explicar aqui...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O Líder da Oposição é V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Não sou eu, não. É Targino.

O Líder do Governo, Rosemberg Pinto! Eu queria dizer quando ele fala, mas não fala, explica, mas não explica, justifica, mas não justifica. Quando eu falei do hotel, V. Ex.^a fez aqui... Eu falei: poxa, legal, ele tem a informação. Mas, já que V. Ex.^a não me deu os números, nem relativos e nem absolutos, da aquisição desse imóvel, apenas a forma e o que foi que aconteceu, o que eu quero saber é: isso que

aconteceu na aquisição desse imóvel representa o que para os cofres do estado da Bahia? Representa o que, tirando do bolso do cidadão baiano?

Foi isso que V. Ex.^a não respondeu e esse foi o questionamento que eu fiz a V. Ex.^a e a todos da Base. O deputado Jacó, inclusive, estava presente ontem quando eu fiz esse questionamento. E todos aqui começaram, de repente, a ter a curiosidade de saber. Um hotel daquele, na beira daquele rio, com aquela piscina maravilhosa, quanto custou ou quanto vai custar aos cofres do estado da Bahia?

Após isso, eu estava no gabinete, até vi V. Ex.^a, deputado Jacó, mas não consegui... o vi com esse paletó bonito, bacana, falando como sempre. Talvez seja um dos que mais se posicionam aqui já no início do mandato. V. Ex.^a sabe que tem o meu carinho, tem a minha atenção e o meu respeito também, mas, realmente, não vi qual foi o valor, o que isso vai custar aos cofres do nosso estado.

Então, perguntado isso, o que vai custar para o estado da Bahia, eu gostaria de saber também qual o tamanho disso, gente? Não há transparência. Só quem sabe disso é o deputado Jacó, eu não vi, mas que acredito no que V. Ex.^a já se pronunciou, e o deputado Rosemberg. Mais nenhum outro deputado outro sabe, nem o estado da Bahia sabe, porque não há transparência no negócio feito. Inclusive, deputado Rosemberg, deputado Jacó, o que ele diz na entrevista é que fez um depósito. Que depósito é esse? Eu não entendi como foi feito esse negócio, esse negócio obscuro, esse negócio que, por enquanto, está escuro.

O negócio está escuro, não está transparente, porque não vi publicado em lugar nenhum como havia sido feito, apenas uma entrevista dizendo que tinha comprado e, inclusive, sob orientação do governador, o secretário já tinha feito o depósito. Depósito de quanto? Foi apenas absorver o débito? Mas ele disse que depositou. Depositou quanto? É isso que nós queremos saber, porque não há nada escrito em absolutamente lugar nenhum do estado da Bahia. Só quem sabe são o secretário e o governador.

Então, quando o deputado Alan Castro sobe à tribuna e fala que nós, da Oposição, não podemos falar da Regulação, eu não sei qual é o medo que o deputado Alan Castro tem quando nós trazemos o tema Regulação.

A Regulação é, sim, a regulação da morte e continua dessa forma. O que falta... quando me perguntam: Alan, mas precisa fazer o que para que a gente dê um andamento na regulação? Primeiro, saber tratar as pessoas. A Secretaria da Saúde precisa tomar, realmente, um curso de como tratar o parlamentar, de como tratar as pessoas e os servidores do estado da Bahia. Porque os relatos sobre o tipo de tratamento são estarrecedores.

Outro dia saiu, na semana passada, no *site* de Raul Monteiro, *Política Livre*, a forma descortês, desatenciosa com que o secretário da Saúde trata, atende aos parlamentares. Imaginem como atende à população! Porque os relatos, como disse a V. Ex.^a, sobre a forma como trata o servidor são estarrecedores.

Então, a primeira coisa para que a Regulação funcione é que tenha os seus profissionais de saúde satisfeitos. E como é que vão ficar satisfeitos? É com uma boa remuneração. Uma remuneração justa.

Eu recebi alguns relatos sobre a forma como está sendo feita a limpeza, a assepsia na lista da Regulação. No carnaval, quando foi feita uma diminuição, essa assepsia na lista da Regulação, inclusive, se vangloriando sobre como estavam menos de mil pacientes inscritos na lista da regulação, o que eu fiz: eu questionei. Eu questionei e tenho visitado alguns hospitais e sei da forma como ele está fazendo. Ele colocou um médico, que está subordinado diretamente a ele e que aceita fazer as atrocidades que ele manda, para, simplesmente, tirar o nome da tela da Regulação.

Eu quero saber se alguém aqui – tirando o deputado Alan Castro, que é o maior defensor da Regulação e diz que ela realmente funciona – desta cidade, deste estado acredita que a Regulação está funcionando? Qual é o deputado, dos 63, que acredita nisso? Não tenho dúvida de que, da semana passada para cá, no mínimo 10 deputados ou deputadas receberam alguma solicitação de transferência de pacientes. A não ser que seja amigo do secretário, que é quem pode mandar um paciente ser transferido para qualquer lugar.

Mas quero dizer que nem o próprio relator, nem nenhum outro deputado, conhece esse parecer. Nenhum deputado está atento para o que eu falei ontem e para o que o deputado Capitão Alden falou hoje, com muita propriedade, sobre como esses profissionais, esses policiais serão tratados em outro estado. Policial é uma profissão extremamente perigosa e de risco, pois vai para o embate, vai combater a violência, vai combater o marginal. E aí, deputada Ivana Bastos, ele fica suscetível a essa violência.

Nenhum deputado ou deputada aqui tem conhecimento do que foi lido nesse parecer do deputado Zé Cocá. Quero que algum deputado me diga o que foi lido nesse parecer. Nem o próprio relator sabe, deputado Robinho. Pois bem, o que vai acontecer com o policial que tenha sido ferido, baleado, traumatizado em outro estado do Nordeste.

O que acontecerá com esse paciente? Eu não quero nem dizer a miséria que está o Planserv aqui no estado da Bahia, porque esse plano de assistência do servidor só atende o segurado dentro do estado. Mas esse projeto especifica alguma coisa, informando que o estado que receber esses policiais é responsável por esses profissionais que estarão defendendo outra terra? Pergunto: esse profissional e a sua família estarão, deputado Marcelino Galo, salvaguardados de alguma forma? Onde está dito?

Por isso que digo, deputado Rosemberg, que não podemos votar da forma que V. Ex.^a traz esse projeto. É uma matéria de extrema importância para o estado da Bahia, que mexe com a vida dos cidadãos de bem do nosso estado. Neste momento, falta responsabilidade a V. Ex.^{as}. Culparei, junto com V. Ex.^a, Capitão Alden, as pessoas que aprovarem esse projeto. Acho uma temeridade, deputado Euclides, acho uma temeridade essa Casa, numa noite de hoje, aprovar um projeto sem dar, já acho equivocado isso, sem dar, realmente, uma salva guarda aos nossos profissionais, principalmente, os militares. Se acontecer alguma coisa com eles, eu quero saber, ou com a família, quem vai sofrer é a própria polícia.

Eu dizendo isso, eu digo a V. Ex.^{as}, que eu deixo, hoje, deputada Ivana Bastos, eu deixo hoje aqui o meu registro, o meu pesar da forma agora que, inclusive, a liderança se comporta, trazendo um projeto em regime de urgência, para que a gente vote nessa Casa e dessa maneira. Votarei contra, encaminharei contra, porque eu não concordo nem com a forma que foi tramitada esse projeto, nem com o projeto, e nem com o que está escrito no projeto que não dá guarita, aos policiais militares.

Que se diga também, deputado Junior Muniz, é bom lembrar, que não cabe ao estado da Bahia, mais uma vez faço aqui um parêntese para dizer que não tenho nada contra nenhum estado, nem o Ceará. Adoro o Ceará. Mas não cabe a nós baianos, não cabe ao governo da Bahia fazer esse papel de ajudar, de mandar 100 policiais, daqui a pouco serão 200, 300 para outro estado. Existe a guarda federal que pode fazer isso. Quem tem que fazer isso é a federação por isso que existe os entes federativos, município, estado, país, para que cada um tenha a sua função e, não é função do estado da Bahia, gastar o seu recurso, gastar os seus profissionais, expor o cidadão de bem em outro estado.

Quero deixar claro, antes que fiquem me questionando, que não tenho, absolutamente, nada contra nenhum estado. Sou nordestino de coração, amo meu Nordeste, amo o meu estado, amo a minha capital, amo o meu país, mas não posso concordar que seja o nosso estado, que tem uma das piores arrecadações, isso sempre foi dito pelo próprio governador em comparação aos outros estados, que faça esse papel que não nos cabe. Não é questão de favor. Não nos cabe, constitucionalmente, fazer esse papel de encaminhar policial. Daqui a pouco vai querer encaminhar os médicos, os professores. Eu acho que não cabe esse papel ao nosso estado então, por isso, deputados e deputadas ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sei que cada um de V. Ex.^{as} tem a sua consciência, tem o seu conhecimento, tem a sua forma de interpretar, mas a nossa bancada, não tenha dúvida que na noite de hoje, votará contra esse projeto que não é de forma nenhuma positivo para o estado da Bahia. Nós votaremos contra, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Para encaminhar, o deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não. O primeiro deputado inscrito é Luciano Simões Filho.

V. Ex.^a, também, vai encaminhar, deputado?

O Sr. Alan Sanches: Mas ele não pode encaminhar não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, encaminhar.

O Sr. Luciano Simões Filho: Eu vou falar de Nazaré das Farinhas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite, amigas e amigos deputados.

Nesta noite de hoje, dia de votação, venho aqui fazer o registro desse último final de semana quando fui ao município de Nazaré das Farinhas. Fui à tradicional Feira de Caxixis. Realmente, é uma festa belíssima. Registro, aqui, ser essa uma das maiores festas tradicionais do nosso estado. Realmente, a cidade estava repleta.

E o que me chamou atenção não foi só a beleza da festa, o comércio realmente efervescente, a tradição da cultura do nosso Recôncavo, mas o fato de haver muitas pessoas. Gente da Bahia inteira estava, lá, presenciando aquela belíssima festa no município de Nazaré das Farinhas. Havia grandes atrações nacionais, estaduais e locais. Realmente, fizeram uma festa de 3 dias lá.

Registro e parabeno toda a equipe da prefeitura municipal. A prefeita Eunice dá um *show* de bola na gestão. Isaquinho, o seu marido, também, ajuda demais lá. Vem unindo a gestão com a tradição das festas, porque muita gente imagina que prefeito só faz festa e se esquece do dia a dia do município. Não é o caso de Nazaré.

Lá, realmente, é um destaque nacional na saúde. Eu pude presenciar, com Isaac e a prefeita Eunice, a Policlínica Municipal de Nazaré feita lá, pois ela, realmente, é uma referência, não para o Recôncavo, mas para toda a Bahia. Vai ser premiada pelo governo do estado.

Registro que Eunice é do Democratas. Mas, mesmo assim, há o reconhecimento de uma gestão diferenciada, prestigiando o mais pobre. Essa policlínica fica num bairro humilde em Nazaré, no Muritiba. Realmente, é exemplo para o Brasil. As creches, as escolas, a forma como é feita a administração, realmente, um exemplo.

Nazaré fez a grande Feira de Caxixis.

Parabéns, Eunice, Isaac, toda a equipe da prefeitura.

Está de parabéns essa festa tradicional do nosso estado.

Então fica aqui o meu registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encaminhar, o deputado Alan Sanches, pois V. Ex.^a tem o direito, meu prezado Líder.

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o meu amigo Robinho.

O Sr. Robinho: Eu quero fazer um pedido ao meu Líder, Rosemberg Pinto, porque Rosemberg tem um contato, um acesso, diariamente, com o governador. Eu entendo isso.

Esses projetos são encaminhados em urgência constantemente. O meu pedido é para evitar e diminuir a quantidade excessiva de projetos em votação de urgência. Na realidade, nós precisamos ter um planejamento. E tudo aqui é com urgência, é com urgência, é com urgência.

Conto com o seu entendimento.

Já manifesto o meu voto favorável.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu estou estranhando, deputado Robinho, essa colocação. Primeiro porque é a única urgência que nós estamos votando neste ano – primeira urgência. Essa urgência foi aprovada aqui há mais de 15 dias. Eu distribuí com todos os líderes de partido o projeto. Foi distribuído para todos os gabinetes uma minuta sobre esse projeto, inclusive da oposição, inclusive pedi para distribuir para todos. Se por acaso não houve tempo dos deputados atentarem para essa questão, aí me perdoe, deve ter outra... mas não por falta de tempo para analisar esse projeto especificamente. Esse projeto está aqui há mais de 30 dias. E eu fiz questão de debatê-lo em duas reuniões de líderes. Como as reuniões são de 15 em 15 dias, então nós fizemos isso há 30 dias e depois mais 15. Então, não tem justificativa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, eu gosto de V. Ex.^a aí, porque é sempre benevolente com os 10 minutos que eu tenho para encaminhar... Ah! São 5? Mas com sua tolerância nós poderemos...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marque o tempo do deputado, por favor.

O Sr. ALAN SANCHES: O deputado Rosemberg hoje tenta explicar essa forma açodada que traz o projeto, porque não adianta colocar o projeto quando nós não temos acesso ao parecer do relator. Quando há emendas, nós não sabemos quais foram aprovadas, quais foram rejeitadas. Então, a partir do momento em que se traz um projeto que tem o parecer de seis laudas, não existe a capacidade aqui, acho que intelectual, de nenhum deputado nem deputada, não desmerecendo absolutamente nenhum, de entender com a leitura e captar todas as informações em seis laudas, numa leitura em que às vezes gagueja, às vezes não gagueja, que pula parágrafo, que a vírgula bota como ponto...

Então, existe toda uma forma quando se faz essa leitura de um parecer que você precisa ler da sua maneira. Cada um tem uma forma de estudar: uns estudam e entendem escrevendo, outros lendo em voz alta, outros lendo em voz baixa para si mesmos, mas cada um tem uma forma de entendimento.

O que eu questiono aqui, deputado Rosemberg, é a forma com que eu e todos os deputados, deputado Robinho, tivemos conhecimento do parecer. O parecer não foi publicado. O parecer de seis laudas lido aqui! E V. Ex.^{as} estarão votando, sem dúvida, professor, deputado Zé Raimundo, um grande historiador de Vitória da Conquista, também não tem, com toda a sua intelectualidade, conhecimento desse projeto.

O Sr. Zé Raimundo: Se V. Ex.^a quiser, eu falo agora de cor e salteado os itens do projeto na área de sustentabilidade, segurança pública, cooperação técnica, gestão, saúde, tudo está previsto na lei que foi exatamente o consórcio que Rui assinou. Está de cor e salteado na minha cabeça.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a quer se inscrever? Quer encaminhar?

O Sr. Zé Raimundo: Se V. Ex.^a quiser... Quero um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Então, assim que eu terminar... Mas eu não colocarei V. Ex.^a, que foi salvo pelo colega Rosemberg, em maus lençóis. Porque eu já disse aqui e repito, ah como eu estava aqui discutindo, V. Ex.^a ficou aí tentando interpretar. Por isso que V. Ex.^a é um professor, um grande historiador, já foi prefeito duas vezes em Conquista, por isso que faz isso. Aproveitou o tempo que eu estava aqui questionando, fez uns rabiscos aí, que eu disse que cada um tem a sua forma de interpretar, e já botou aí, tirou seis tópicos de seis laudas e disse isso aqui. V. Ex.^a é muito inteligente e consegue tentar de alguma forma aqui mostrar que tem algum conhecimento. Mas não tem, deputado. V. Ex.^a sabe que não tem, por mais inteligente que seja, não conseguiu interpretar e saber o conteúdo em 20 minutos de seis laudas, por mais inteligente que V. Ex.^a sabe, que eu me rendo ao seu conhecimento. Mas nesse momento não posso concordar com a forma que o deputado Rosenberg está trazendo esse projeto, de extrema importância e impacto para toda a sociedade baiana. E eu não concordo com a forma e não concordarei em fazer, nem encaminhar de nenhuma forma que não seja contrário a esse projeto.

Então a Bancada da Minoria vai, realmente, votar contra por orientação, porque não concordo com o que o governo do estado da Bahia está fazendo nesse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação. Os deputados que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado com os votos contrários dos deputados da Minoria aqui presentes: Capitão Alden, meu prezado amigo Paulo Câmara, querido amigo Alan Sanches, e todos os outros deputados da Oposição aqui presentes.

PROJETO DE LEI N.º 23.155/2019

Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado, nos termos da cláusula segunda que o integra, o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste, na forma do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único - Com o número de ratificações previsto no Protocolo de Intenções, ficará este convertido automaticamente em Contrato de Consórcio Público e criada a autarquia interfederativa Consórcio Nordeste.

Art. 2º - Fica ratificado, nos termos da cláusula sétima que o integra, o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará, com extrato publicado no Diário Oficial de 09 de janeiro de 2019.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há também agora o Projeto de Lei... olha o nosso querido deputado Euclides Fernandes que está aqui na primeira fila, alegre porque o Projeto de Lei nº 18.244/2009 está aqui em segunda discussão e votação que “dispõe sobre a implantação de mecanismo de proteção nas agências bancárias do estado da Bahia.” **(Projeto aprovado em primeira discussão na 14ª Sessão Extraordinária em 26/6/2018)**

Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encaminhar o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria do projeto, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou aqui solicitando a prorrogação da sessão por mais 20 minutos. Os Srs. Deputados, que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, colegas aqui, eu realmente fico hoje muito feliz nesta unidade, nesta Casa, nesta instituição, na Assembleia Legislativa pelo que aconteceu de manhã com a nossa Comissão, da CCJ, com a deputada Ivana Bastos, o deputado Vitor Bonfim e toda a nossa Comissão de Constituição e Justiça,

que nós conseguimos trabalhar em cima do projeto da deputada, tiramos, que nem sempre, deputados e deputadas, o projeto é constitucional por completo, quero dizer inconstitucional por completo, e nós poderemos e podemos aproveitar a ideia, que às vezes esta Casa carece de ideias, positivas para que a gente possa trazer essa transformação social e política para o nosso estado.

Sendo assim nós conseguimos hoje, com o voto em separado que dei, aprovar o projeto da deputada Ivana Bastos, justamente pela ideia, deputada, que V. Ex.^a trouxe, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida naquele cerne para o cidadão baiano.

Fico feliz por isso que conseguimos na CCJ hoje e fico feliz novamente aqui porque vejo, deputado Rosemberg, deputados aprovando aqui projetos de lei oriundos de iniciativa de deputado. E chamo aqui mais uma vez, não a atenção, porque quem sou eu para chamar a atenção do presidente Nelson Leal, que é o superleal, como sempre o chamei antes de ser presidente, pela lealdade com seus pares, mas chamar a atenção que esta Casa, deputado Robinson Almeida, precisa fazer isso, deputado Euclides. Você é um monstro, no bom sentido, lutador, trazendo... Não é o primeiro projeto que aprovaremos aqui de V. Ex.^a. É o primeiro nesta legislatura, mas já há 8 anos venho aprovando projetos de sua iniciativa. É isso que essa Casa precisa. Esta Casa não pode se render e apenas fazer o trabalho, cada um para o seu mandato, e votar os projetos oriundos do Executivo.

Esta Casa tem valor, esta Casa tem caráter e princípio e tem boas ideias, como a ideia de V. Ex.^a, como a ideia que me é muito clara aqui da deputada Ivana Bastos, para que a gente possa dar a nossa contribuição. A oposição não está aqui apenas para fazer fiscalização do Executivo e das suas secretarias, mas sim para ajudar, de alguma forma, a dar dignidade e a melhorar a qualidade de vida do cidadão baiano.

E nessa noite, com esse projeto aqui extremamente importante para a nossa sociedade, nós aprovaremos. Por isso que fiz questão aqui de subir, de fazer esse encaminhamento essa noite para dizer que V. Ex.^a – V. Ex.^{as} também, deputada Ivana e deputado Euclides – e todos desta Casa estão de parabéns, porque o que a gente precisa, deputada Olívia, é exercer o nosso papel de trazer grandes projetos, bons projetos e aprovar. Debater e aprovar nesta Casa.

Eu encaminho positivamente para a aprovação do projeto do deputado Euclides.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade em segunda discussão.

PROJETO DE LEI N.º 18.244/2009

Dispõe sobre a implantação de mecanismos de proteção nas Agências Bancárias do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os estabelecimentos financeiros, em atividade no Estado da Bahia deverão adotar guichês de privacidade ou sistema de divisórias, como medida de segurança, para preservar a privacidade dos clientes ao efetuarem operações bancárias nos caixas eletrônicos.

§ 1º - O dispositivo de privacidade deve impossibilitar a visão da transação bancária do cliente atendido pelos demais que estão no aguardo de atendimento;

§ 2º - Os estabelecimentos financeiros de que trata esta Lei, deverão obstruir também a visão de locais que, independentemente de sua localização fora de agências, apresentem equipamentos como caixas eletrônicos, postos 24 horas e similares;

§ 3º - Para efeitos desta Lei, entendem-se como estabelecimentos financeiros os bancos privados e públicos, caixas econômicas, sociedades ou cooperativas de crédito, nas agências, subagências, seções, postos avançados, postos 24 horas e caixas eletrônicas.

Art. 2º - As agências bancárias disporão de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, para adequarem-se às novas normas.

Art. 3º - O poder executivo regulamentará esta Lei no que couber .

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2009.

Deputado Euclides Fernandes

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como não tem mais... O projeto de lei do deputado Euclides Fernandes, nº 18.244/2019.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, me permite...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Euclides os seus colegas deputados lhe convidam para nós tirarmos uma foto aqui. V. Ex.^a...

Como não tem mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.